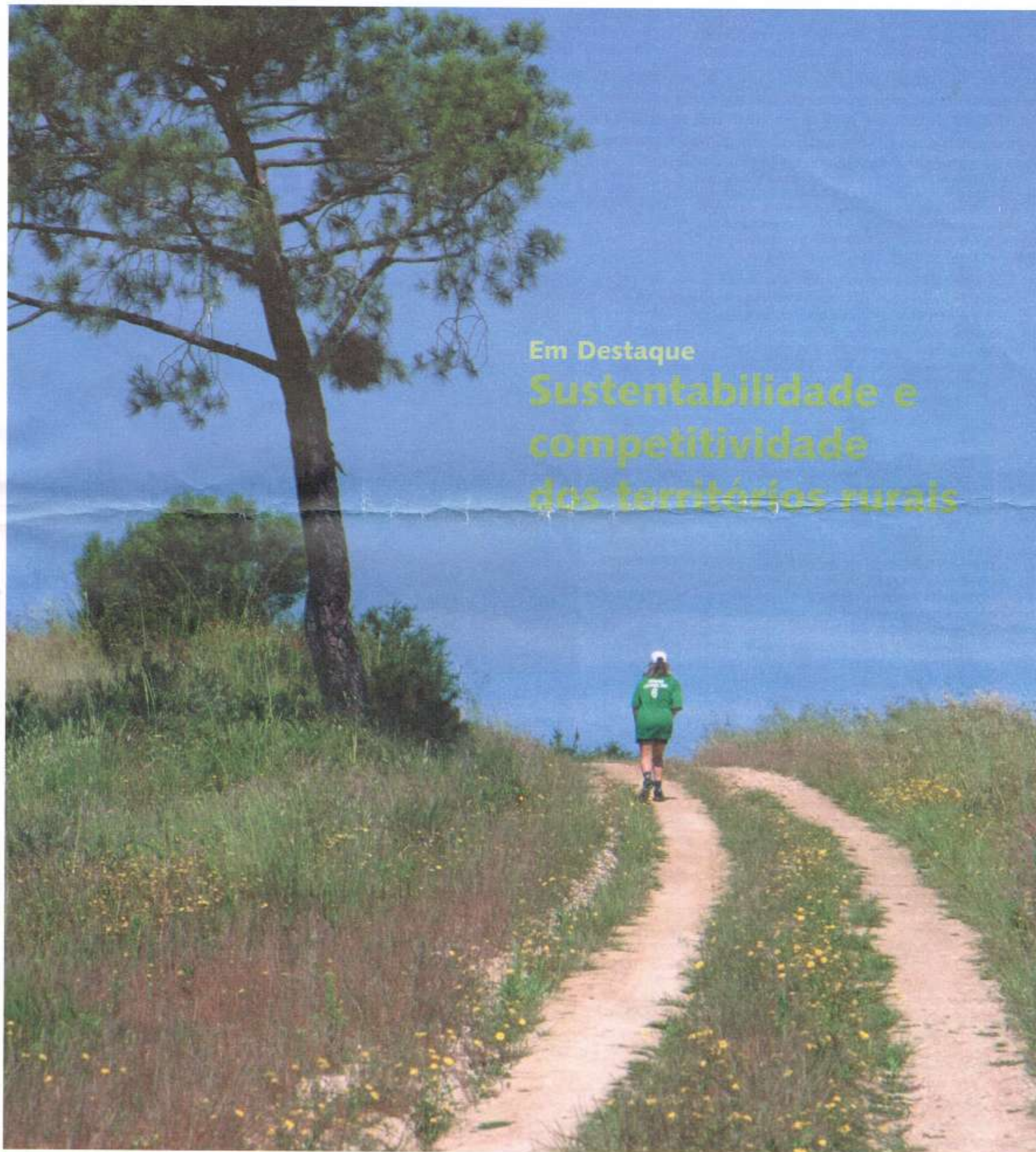


PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

Directora: Cristina Cavaco

II Série | Nº 10 | Junho 2003



Em Destaque
**Sustentabilidade e
competitividade
dos territórios rurais**

P 9 a 12 Ribatejo Norte

P 13 a 16 Actividades da Rede | P 17 e 18 Declaração de Joanesburgo | P 20 Plântula

II-10

Foto: Marco dos Santos / NDC

Competitividade

Por uma exploração sustentável dos recursos

A exploração sustentável dos recursos e o investimento no capital humano para fazer face às rápidas transformações dos modelos produtivos, dos mercados de trabalho e no espaço rural dos efeitos da desertificação são desafios a tomar verdadeiramente em conta. A competitividade não poderá deixar de ser equacionada, numa lógica de desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade dos territórios rurais prende-se com uma gama larga de variáveis que ultrapassam uma visão mais fechada e redutora do crescimento económico e que incidem em primeira linha sobre a qualidade dos seus recursos numa perspectiva de longo prazo.

Assim, a exploração sustentável destes recursos e o investimento no capital humano para fazer face às rápidas transformações dos modelos produtivos, dos mercados de trabalho e no espaço rural dos efeitos da desertificação são desafios a tomar verdadeiramente em conta.

A competitividade não poderá deixar de ser equacionada, numa lógica de desenvolvimento sustentável, como um quadro de vantagens comparativas que oferecem os territórios, num registo que envolve criação de riqueza, mas também qualidade de vida, capacidade de inovação, e uma visão estratégica que propicie a abertura e as trocas com outros territórios.

A criação de iniciativas económicas e a atracção de investimento vistas por este prisma permitem a criação de dinâmicas económicas sustentáveis, a criação de emprego e actividade, contrabalançando assim os efeitos colaterais de um modelo de desenvolvimento polarizado e centrado do ponto de vista espacial na faixa litoral, onde residem cerca de dois terços da população portuguesa.

No artigo *Desenvolver com sustentabilidade* sublinha-se a importância deste novo enfoque de desenvolvimento sustentável que "vem dar uma maior intensidade às questões relacionadas com as pessoas em interacção com o ambiente, os recursos e os territórios, contribuindo para garantir a biodiversidade ecológica e cultural".

Também no artigo *Uma perspectiva sobre o desenvolvimento sustentável* é dado o alerta para os riscos de "apostas de desenvolvimento local baseadas em grandes investimentos exógenos que embora possam permitir o rápido crescimento económico, são igualmente efémeras e fontes de grandes dramas humanos" em contextos de mudança.

O desenvolvimento traduz pois o resultado de uma acção coerente do conjunto dos actores locais, económicos, bem entendido, mas também sociais e culturais, para mobilizar e valorizar os seus recursos. Para garantir as condições propícias à criação de dinâmicas de desenvolvimento sustentável a cooperação entre os diferentes agentes do Estado, actores económicos e sociedade civil são indispensáveis.

Promover e fomentar um empreendedorismo responsável que se inscreva nas preocupações e nas potencialidades das pessoas e dos territórios implica a capacidade de inscrever esta prioridade de modo transversal, através da coordenação dos diferentes poderes públicos: economia, agricultura, ambiente, turismo, recursos naturais, cultura, etc.

Significa também, especialmente em espaço rural, estar atento às necessidades das micro, pequenas e médias empresas, apoiando, facilitando e agilizando os processos de criação de empresas, através de um conjunto de medidas: a simplificação das formalidades e dos encargos administrativos, o reforço de estímulos financeiros a favor das empresas, a garantia de uma oferta de formação adequada às necessidades das empresas, a criação de estruturas de acolhimento e de acompanhamento do tipo ninhos de empresa, facilitar o acesso à ID e à integração do design e às NTIC das novas tecnologias, nomeadamente através da criação de centros de recursos.



Foto: Photo des Savans / PACTE

O A.C.E. Monte, a ADD e a Loja do Mundo Rural traçam algumas linhas mestras de uma intervenção centrada nos princípios de sustentabilidade. Assim, o A.C.E. Monte dá o exemplo do reforço da capacidade de inovação, de adaptação e de participação (*empowerment*) dos artesãos, e a criação de Centros de Artes e Ofícios (CAO), a ADD apresenta um conjunto de acções integradas destinadas a reforçar a competitividade e a sustentabilidade dos territórios. A Loja do Mundo Rural apola um processo de "promoção continuada do território" que valoriza simultaneamente a imagem, "os recursos naturais e culturais locais, afirmando-se na singularidade da qualidade dos seus produtos e serviços".

Com o IAPMEI apresentam-se o Observatório de Criação de Empresas, os Centros de Formalidades das Empresas, destinados a facilitar os processos de criação de empresas.

Nos Territórios, o Ribatejo Norte apresenta-se como uma zona de transição, entre o Norte e o Sul de Portugal, "que possui uma grande diversidade de identidades e de referências geográficas, culturais e económicas que a ADIRN tem vindo a afirmar ao longo dos anos, transformando-a na marca global de promoção da sua identidade e dos seus produtos que surgem no mercado com a chancela de Ribatejo Norte".

Cruzando, para finalizar o tema da sustentabilidade e competitividade com o território do Ribatejo Norte apresentamos a empresa Plântula que constitui um exemplo de uma pequena empresa de produção e comercialização de plantas, criada em 1992, que se soube afirmar no mercado nacional, mas também no estrangeiro, sendo actualmente a primeira produtora de figueiras em Portugal.

Cristina Cavaco

Desenvolver com sustentabilidade

Cuidar do futuro do mundo rural

A aspiração das populações do mundo rural a uma melhor qualidade de vida exige que a sustentabilidade seja uma condição de todos quantos intervêm nas iniciativas de desenvolvimento local, já que cada vez mais é imperativo pensar numa estratégia que não deixe comprometer o nosso futuro, nem ponha em causa a vida das próximas gerações.

A actual visão do desenvolvimento local, baseada num enfoque territorial para onde convergem recursos e investimentos, além da procura de soluções inovadoras que enfrentem a competição e a globalização, exige o comprometimento de todos com os aspectos económicos, ambientais e sociais. Nesta óptica, importa ter presente que as acções tendentes ao desenvolvimento sustentável devem dar prioridade aos seus pilares fundamentais que são, para além da necessária sustentabilidade económica, a protecção do ambiente e a coesão social.

O debate em torno da sustentabilidade aprofundou-se no âmbito da Agenda 21 e da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, onde se tentaram estabelecer consensos quanto à necessidade de um modelo de desenvolvimento que, paralelamente ao crescimento económico, equacione a melhoria da qualidade de vida das populações, medida através de categorias de indicadores relacionados com preocupações sociais, ambientais, de ordenamento paisagístico e do território.

A sustentabilidade, conceito que aparece em 1987, integrado no Relatório Brundtland intitulado "O nosso Futuro Comum", sob a égide das Nações Unidas na Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, é um assunto que, em Portugal, tem vindo a ser debatido no âmbito da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS). Com a elaboração desta estratégia, Portugal comprometeu-se a promover o desenvolvimento económico, a coesão social e a protecção do ambiente, conseguindo reunir o consenso dos diversos agentes sociais em torno de quatro grandes dimensões estratégicas: a *território enquanto bem a preservar*, a *melhoria da qualidade do ambiente*, a *importância de actividades económicas sustentáveis* e a *eleição de uma sociedade solidária e do conhecimento*, reconhecendo a forte interacção entre os sistemas naturais e os sistemas económicos e sociais.

O LEADER+ e a sustentabilidade

Neste contexto, interessa reconhecer a experiência adquirida na última década com o LEADER, programa que apresenta um conjunto de preocupações relativas à originalidade e durabilidade das intervenções que se realizam nos territórios rurais. Na realidade, tendo sido possível experimentar as vantagens desta dimensão, evidenciaram-se os bons resultados da união entre a componente da sustentabilidade e da competitividade, ou, melhor dizendo, do equilíbrio entre a gestão económica, ambiental e social. Sendo verdade que não se pode pedir às ADL (Associações de Desenvolvimento Local) a resolução de todos os problemas do mundo rural, tarefa impossível de concretizar unicamente por estes actores locais, é justo enaltecer o seu contributo apreciável no aproveitamento de algum potencial endógeno dos territórios rurais, introduzindo externalidades positivas às iniciativas locais, como sejam a inovação, a cooperação com outros actores nacionais e transnacionais, o reconhecimento das identidades e culturas, a valorização dos produtos locais, a promoção das acções imateriais e a demonstratividade de algumas intervenções.

O novo enfoque do desenvolvimento sustentável vem dar maior intensidade às questões relacionadas com as pessoas em interacção com o ambiente, os recursos e os territórios, contribuindo para garantir a biodiversidade ecológica e cultural. Nesta óptica, importa ainda recordar o excelente legado do Observatório Europeu LEADER II e da equipa da AEIDL (Associação Europeia de Iniciativas de Desenvolvimento Local) no que respeita à edição de material diverso, dos quais se salientam os Cadernos Temáticos, cujo conteúdo está disponível no site da Comissão Europeia (<http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/sitemap.htm>). Em muitos deles, se chama a atenção para que estas experiências, além de contribuírem para satisfazer algumas das necessidades das populações, devem ter presente objectivos de competitividade social, económica e territorial. Sublinham, igualmente, a equidade e o desenvolvimento ecológico, como aspectos elementares do desenvolvimento rural.

Assim, reforçar a dimensão humana, ecológica e biológica do desenvolvimento rural, através do apoio à formação, aos produtos de qualidade, ao lazer, ao turismo rural, ao desporto aventura, aos serviços de proximidade, entre outros, não é mais do que criar sinergias com os objectivos de sustentabilidade, competitividade e coesão social, consolidando uma dinâmica intersectorial e integrada, que reconhece uma maior responsabilidade social na multiplicidade de actores.

Embora não se possa esperar do LEADER mais do que apontam os seus objectivos, nomeadamente a demonstratividade e a introdução de métodos inovadores, os Grupos de Acção Local (GAL) poderão ajudar a consolidar estratégias de desenvolvimento que dêem maior efectividade à sustentabilidade e competitividade dos territórios, articulados com uma política local, regional, nacional, europeia e mesmo global. No caso dos Planos de Desenvolvimento Local (PDL) trata-se de sensibilizar e motivar os agentes económicos locais a incidirem nestes objectivos, paralelamente aos seus objectivos empresariais e económicos. Sendo o LEADER uma abordagem ascendente, integrada e participada, os seus resultados devem ser altamente motivadores para uma melhor utilização dos recursos locais, uma melhor protecção do ambiente e uma mais efectiva coesão social, três aspectos considerados essenciais ao desenvolvimento sustentável, permitindo reconciliar a economia com a ecologia, reordenar a optimização dos recursos locais e incentivar uma maior responsabilização social.

Por fim, importa concluir que a par de uma grande apreensão e pessimismo quanto ao estado do nosso planeta e da finitude dos nossos recursos, se alicerça também uma maior consciência do nosso papel enquanto cidadãos intervenientes, que teimamos em ousar pensar que um outro desenvolvimento para o mundo rural é possível.

Maria do Rosário Serafim
IDRHa

Uma perspectiva sobre o desenvolvimento sustentável

Recentemente tive oportunidade de participar num vasto plano de formação sobre a utilização de Fundos Estruturais, da União Europeia, nomeadamente o FEOGA, dirigido a cerca de 800 funcionários dos níveis central e regional da Administração Polaca. A minha participação nesse programa cingiu-se ao nível regional e incidiu, não só mas maioritariamente, no apoio FEOGA a projectos de desenvolvimento local em meio rural, numa perspectiva integrada.

Tive, assim, oportunidade de percorrer grande parte da Polónia, acompanhando outros técnicos franceses, e de contactar centenas de funcionários polacos de diferentes regiões, com experiências, responsabilidades, idades e formações diversas, transformando-se esta tarefa árdua numa experiência inesquecível, extremamente gratificante e enriquecedora para mim, tanto a nível profissional como pessoal e tanto em aspectos técnicos como humanos.

Não vou relatar aqui, nem o saberia fazer, as muitas reflexões e experiências que esta acção me proporcionou. Frutos desta vivência ficaram inevitavelmente incorporados em mim e moldarão certamente muito do meu futuro discurso.

Procurando ser claro e didáctico nas minhas intervenções de formação na Polónia e, tendo a possibilidade de me dedicar temporariamente a esse objectivo exclusivo, não deixei de empregar muito tempo na clarificação e reflexão teórica sobre algumas das noções principais, que estão eternamente presentes em toda a problemática do desenvolvimento rural e isso passou-se também relativamente às questões que se colocam neste número do *Pessoas e Lugares*: O desenvolvimento sustentável e a competitividade dos territórios rurais.

Sendo eu confrontado com a necessidade de dar a formação no meu limitado francês, uma das questões que primeiro se me colocou foi a de restringir a rica designação "sustentável" semelhante ao termo "sustainable" do idioma inglês, naquele termo, que considerava pobre, e que traduz a mesma noção na língua de Victor Hugo "durable".

Partilhando eu a formação, nesse domínio, assim como o convívio diário com o colega e amigo francês Bernard Ehrwein, não deixámos de discutir várias horas sobre essas singularidades linguísticas que tocavam mesmo na essência das noções básicas.

De facto, para mim, "durable" que assemelhava ao nosso "durável", remetia-nos apenas para a permanência passiva no tempo, sugerindo-me a ideia de rígido, imutável, indestrutível como as embalagens de plástico e os resíduos tóxicos; enquanto "sustentável" me sugeria a ideia mais sã de permanência no tempo sim, mas de uma forma activa, de perpétua transformação e adaptação, contendo em si mesmo os mecanismos da sua própria sobrevivência como nos processos biológicos.

Felizmente, como logo percebemos, essas aparentes diferenças linguísticas não correspondiam a qualquer divergência de conceitos, sendo nós dois unânimes na concepção do desenvolvimento sustentável como um processo dinâmico, tendendo sempre à sua própria reprodução e adaptação às condições, neste caso, económicas e sociais que a cada momento vão ocorrendo, ou seja: "durable" é, na prática, o mesmo que "sustentável" mas, o levantar dessa questão, fez-me compreender melhor a explicitação desse conceito, tantas vezes utilizado de forma um tanto imprecisa e de ânimo talvez demasiado leve.

Deste modo, permiti-me aproximar a noção de desenvolvimento sustentável aos processos naturais, biológicos, sugerindo-me mesmo que procurasse na natureza a chave para essa sustentabilidade que pretendemos para o desenvolvimento.

Olhando a natureza e o padrão constante que sustenta os mecanismos e determina as condições de perpetuidade da vida, verificamos que a ênfase é dada na diversificação e na variabilidade. Os sistemas reprodutivos, os mecanismos sexuais, a variabilidade individual dos padrões genéticos permitem que alguns indivíduos ou espécies sobrevivam às condições mais desfavoráveis e agressivas.



Francisco Barba

É com a intervenção humana, em sentido, normalmente, contrário a esta lógica natural: homogeneizando, normalizando, restringindo a variabilidade para valorizar e reforçar apenas os aspectos favoráveis à utilização imediata pelo homem, que se observam os grandes e dramáticos desastres biológicos, quando as condições de partida se alteram ou um novo factor agressivo se impõe. Tal facto começa a ser hoje reconhecido e a Ecologia e a biodiversidade, em suma a importância das diferenças, estão hoje presentes em todos os discursos de sobrevivência.

Quando pensamos em desenvolvimento local verificamos que a mesma lógica natural determina a sustentabilidade. As apostas no desenvolvimento local baseadas em grandes investimentos exógenos, embora possam permitir o rápido crescimento económico, são igualmente efémeras e fontes de grandes dramas humanos quando as condições económicas e as premissas iniciais já não se verificam.

A abordagem endógena, diversificada e integrada em acções alternativas e complementares, baseada em múltiplas pequenas intervenções que tem caracterizado a filosofia de intervenção LEADER, pela versatilidade que permitem, pela constante adaptação a situações diferentes e às constantes mutações dos mercados, trazem em si a chave da sustentabilidade e são a única forma de assegurar a continuidade de um processo de desenvolvimento. Assim, não obstante a necessidade de estratégia e de coerência, parece-me importante que não nos deixemos cair na tentação homogeneizante, globalizante e federadora, apenas válida se encarada como linha de rumo estratégica e nunca como uma lei imutável e limitadora.

Nuno Jordão
IDRHa

Loja do Mundo Rural

Os sabores das regiões na qualidade da tradição

Comunidades Rurais

O mundo rural no decurso do último século sofreu um processo de despovoamento acelerado e de fragilização sócio-económica, resultante da perda de importância das actividades do sector primário, substituídas pela transformação e pelos serviços, estes concentrados em meio urbano. A massificação de novos consumos valorizou as cidades como pólos de atracção de pessoas e bens. As grandes concentrações urbanas desenvolvem-se assim em estreita consequência da desertificação rural. No entanto, é hoje plenamente aceite que os territórios rurais representam um capital natural e cultural indispensável ao desenvolvimento das regiões, dos países, da própria União Europeia, que inseriu a "prioridade rural" nos seus instrumentos de apoio ao desenvolvimento. A vocação para o fornecimento de recursos renováveis (água, ar, floresta, terra), de produtos agro-alimentares, de espaços de lazer, de reserva de tradição, coloca às comunidades rurais um papel fundamental na garantia da qualidade de vida e identidade das comunidades locais.

Desenvolvimento Sustentado

Se quisermos tentar garantir a sustentabilidade do desenvolvimento harmonioso de uma comunidade sobre um determinado território, é necessário identificar os recursos que nos permitem a criação de riqueza local. Esta deverá garantir as condições de vida necessárias à plena realização do potencial humano, sem esgotar o património indispensável a um futuro equilibrado para as próximas gerações. Para isso importa identificar selectivamente os produtos e serviços com valor na economia global, planejar a sua gestão e vender.

A construção da imagem do território, a nível da comunidade local e dos vários mercados, regional, nacional, europeu, mundial, é um passo indispensável à valorização económica dos recursos naturais e culturais locais, afirmando-se na singularidade da qualidade dos seus produtos e serviços. Esta promoção deve ser continuada, apoiada em processos que garantam a optimização da produção e que utilizem a investigação e o desenvolvimento, criando novas apetências nos mercados, maioritariamente urbanos.

Uma Estratégia de Sucesso

Colocar e vender pequenas quantidades de produtos ou serviços rurais nos mercados urbanos, actualmente numa economia muito competitiva, em que os intermediários ficam com a maior parte do lucro, e apresentar uma alternativa aos consumos de massa é uma proposta de comércio justo. As "Lojas do Mundo Rural" iniciaram assim um processo em Portugal, que contribui directamente para o reequilíbrio das comunidades no território.

A "originalidade" do lançamento do projecto da ProRegiões (Barco do Mundo Rural, Expo 98), a participação interessada das organizações de desenvolvimento local de diferentes territórios, com o apoio valioso do Ministério da Agricultura, que reconhece a necessidade de inserir a "prioridade rural" no mundo agrícola, contribuíram para o sucesso da Loja do Mundo Rural. Este núcleo de actividades, permitiu assim trabalhar a promoção alargada destas comunidades e contribuir para um aumento dos recursos económicos locais, através dos produtos vendidos no valor de centenas de milhares de Euros, assim como, dos muitos visitantes que passaram a consumir, com fidelidade, serviços do mundo rural.

Aquele vinho especial, aquele queijo amanteigado, aquele bolo dos deuses, aquele azeite virgem, o adufe pintado, o barro vidrado ou artístico, o casaco em burel, a saia em linho, aquele percurso de aventura a cavalo, aquelas actividades radicais, tão tradicionais e modernas, encontram-se nas Lojas do Mundo Rural.

As comunidades rurais mostram hoje a sua vitalidade no meio urbano, em Lisboa, em Santarém, em Chaves e em Bruxelas.

ProRegiões



A implementação de um projecto de desenvolvimento sustentável

Monte: uma experiência de parceria territorial

A matemática das parcerias 1+1+1+1>4

O Agrupamento Complementar de Empresas Monte é um projecto de desenvolvimento para o Alentejo Central, criado em 1996 por quatro Associações de Desenvolvimento Local:

- ALIENDE, Associação de Desenvolvimento Local;
- ADIM, Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz;
- ADMC, Associação de Desenvolvimento Montes Claros;
- TRILHO, Associação para o Desenvolvimento Rural;

A singularidade do Monte não se esgota na fórmula institucional encontrada para a associação dos parceiros; na base da parceria está a complementaridade encontrada entre as quatro associações para a definição de um projecto de desenvolvimento local, numa perspectiva integrada e sustentável do território.

O projecto âncora da parceria foi a definição e implementação de uma estratégia de desenvolvimento rural para a gestão do Programa Leader II. A estratégia de inovação definida no Programa de Acção Local para o território assentava em três objectivos: criação de novos produtos na área da oferta do turismo rural; criação de uma rede de serviços de apoio ao desenvolvimento rural; estímulo à emergência de novas abordagens de valorização dos produtos locais. O projecto local considerava igualmente a promoção e reforço do associativismo nas zonas rurais, como um objectivo transversal às demais metas a atingir.

A parceria territorial Monte evoluiu. Os parceiros avaliaram positivamente a experiência e encontraram neste "espaço" o nível apropriado para a definição e o desenvolvimento de novos projectos comuns. Os resultados alcançados pelo valor acrescentado da intervenção Monte, alargaram-se a micro-projectos locais – gestão de centros rurais e de programas locais de criação de emprego – e revelaram que os objectivos da parceria deveriam crescer na razão da articulação de competências e experiência detidas por cada um dos parceiros.

As parcerias vão-se construindo e precisam de tempo para se afirmarem. Para o Monte, dois resultados foram determinantes para o seu crescimento:

- a importância de cada UM dos parceiros na PARCERIA: a especificidade dos agentes e território que representa; a proximidade dos interesses locais das comunidades; a participação local; e os resultados obtidos em cada uma das intervenções locais específicas dos parceiros, revelaram-se fundamentais para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento do território;
- a capacidade acrescida trazida pela intervenção do Monte: mobilização de meios e parceiros muito mais significativa; maior capacidade de acção pela reunião de diferentes competências; uma nova escala de intervenção; maior capacidade para afirmar a competitividade do território e explorar novas áreas de intervenção que concorram para o desenvolvimento integrado e reforço da competitividade do Alentejo Central.

A intervenção do Monte não se sobrepõe à das suas associadas. O projecto de desenvolvimento sustentável para o território conduz a novas áreas de intervenção e ao desenvolvimento de novas competências. A articulação de intervenções à escala da Região do Alentejo Central, em domínios tão diversos quanto o dos ofícios tradicionais, o ambiente, e a cooperação, constituem áreas de intervenção específica do Monte. O alargamento da intervenção do Monte foi estratégico para a sua afirmação como agente de desenvolvimento rural, para o seu trabalho no domínio do desenvolvimento das qualificações profissionais, e para a sua afirmação como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento.

A metodologia utilizada – o algoritmo das intervenções

A qualidade da parceria territorial depende da qualidade das relações entre os parceiros. A parceria deve revelar-se dinâmica e capaz de mobilizar os seus actores para a construção de um projecto de desenvolvimento sustentável para o território.

O Monte tem mobilizado em torno dos seus parceiros a defesa de uma metodologia de intervenção que se sobrepõe à lógica própria dos programas e dos apoios disponíveis, em cada momento. Tal significa que a gestão de projectos multidimensionais e de abordagens ascendentes e integradas não esgotam a metodologia de intervenção do Monte: os programas que gere servem a sua metodologia de intervenção. A sua intervenção baseia-se nos princípios da subsidiariedade e de gestão local participada. O desenvolvimento sustentável de um território depende da mobilização de parceiros e dos consensos reunidos, em torno da estratégia defendida. O Monte defende a participação activa de todos os intervenientes na construção do processo de desenvolvimento. O processo de abordagem está facilitado pela participação e envolvimento dos parceiros, e o mesmo está presente no Conselho Consultivo de Cooperação, estrutura institucional do Monte. É igualmente através destes circuitos que são aferidos os resultados e impacto das acções e corrigida a estratégia de cada uma das intervenções. Este trabalho é facilitado pelo funcionamento em rede da Parceria: cada uma das Associações funciona como uma estrutura descentralizada do Monte. É através do trabalho em rede que são estabelecidos os contactos adequados à dinamização de acções e projectos, as parcerias locais e os instrumentos específicos de intervenção.

Marta Alter
Monte

Um exemplo: A construção de uma intervenção para o Artesanato no Alentejo Central

O artesanato tem constituído uma área da intervenção do Monte. Com a dinamização do Plano de Acção Local do Leader II deram-se os primeiros passos na ligação do Monte e dos seus parceiros ao sector. A oportunidade de operar uma intervenção articulada com os seus agentes veio a surgir no quadro do Programa Iniciativa Local de Emprego no Alentejo.

No âmbito deste projecto foram criadas três intervenções integradas para quatro áreas específicas do artesanato: a cantaria artística; a tecelagem; a olaria; a tapeçaria artística. As intervenções apresentadas pelo Monte e por dois dos seus parceiros, a Aliende e a ADMC, tinham como objectivo comum a construção de três estruturas locais de estímulo à criação do (auto)emprego e de promoção das actividades artesanais: os Centros de Artes e Ofícios (CAO) de Arraiolos, de Borba e de Redondo, cada um deles com especificidades próprias de intervenção, decorrentes das parcerias e lógicas do território onde estão inseridos.

Da experiência recolhida, resultava fundamental aprofundar o trabalho em duas vertentes: a criação de emprego dirigido aos mais jovens e o reforço da capacidade de inovação, de adaptação e de participação (*empowerment*) dos artesãos. E foi, deste modo, que nasceu o projecto Artesanato XXI – Novas Práticas de Integração Sócio-Profissional pelo Monte à I.C. Igual trazendo para a parceria territorial alargada construída para o projecto mais 14 parceiros nacionais e dois internacionais.

O Artesanato XXI, que está a meio da sua execução, apresenta já resultados importantes no que diz respeito à ligação entre jovens e artesãos, e à promoção dos produtos artesanais, estando em curso a definição de uma acção mais ampla e integrada no quadro da cooperação com outras Associações, no âmbito do PIC LEADER+, assim como outras intervenções em ligação com a Federação Portuguesa de Artes e Ofícios.

As sinergias criadas pela complementaridade de intervenções do Monte e de todos os seus parceiros, são decisivas para reforçar a capacidade de inovação e dinamismo dos agentes e do território.

ADD: acções que sustentam o desenvolvimento

Uma associação - Associação de Desenvolvimento do Dão; uma zona de intervenção - concelhos de Aguiar da Beira, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo e Sátão e um objectivo guia - a Melhoria da Qualidade de Vida e Fixação da População.



Desde a sua constituição em 1994, a ADD assumiu que a sustentabilidade e competitividade do território não se concretizariam com actuações demasiado orientadas num sentido único. Daí entendeu-se que a realização de um conjunto alargado, sem ser disperso, de acções resultaria melhor na concretização do objectivo central. Deste modo, a gestão dos programas LEADER, dos Planos de Intervenção, do Centro Rural Alto Dão, da formação profissional, do aconselhamento prestado diariamente, teria maior e melhor impacto.

Deve-se igualmente salientar que ao fim de dez anos de intervenção, muito há a fazer; que o nosso papel sendo importante, não está isolado do meio em que se insere e que muitas acções devem ser realizadas em parceria, num processo de total abertura. Não podemos também deixar de referir, sem demagogia, que as mentalidades ainda estão em processo de adaptação às novas realidades, nem sempre os projectos são bem entendidos e aplicados de forma útil pelos seus destinatários, o que conduz inevitavelmente à introdução de medidas burocráticas com vista à regularização da actuação.

Do trabalho desenvolvido é possível apresentar alguns projectos que no nosso entender são passíveis de contribuir para a sustentabilidade e competitividade dos territórios:

- Formação profissional. Toda a formação desenvolvida até à data foi realizada tendo em conta necessidades sentidas, principalmente ao nível dos desempregados de longa duração e dos beneficiários do RMG. As acções de formação incidiram essencialmente nas áreas ligadas directamente com o artesanato local. A ADD desenvolveu em 2002, no âmbito do Programa FORAL, formação para funcio-

nários da administração local. A atenção dada à informática infantil desde 1997, foi também uma preocupação com a formação e sensibilização de crianças e professores para as novas tecnologias de informação;

- Apoio às actividades associativas. Visou estimular o espírito de cooperação e partilha;
- Apoio a actividades produtivas. Permitiu criar e manter postos de trabalho em diversas áreas de actividades: turismo em espaço rural, restauração, agro-indústria, etc;
- Apoio à conservação de património. Permitiu a preservação de heranças culturais importantes. Porquanto a identidade dos povos também passa pelo conhecimento do passado;
- Apoio a actividades de promoção, dentro e fora da zona de intervenção. Tiveram como objectivo reforçar a identidade e dar a conhecer as potencialidades da região.

Devemos concluir que o papel da ADD é importante para a região, apesar de todos os condicionalismos inerentes ao seu funcionamento, dos quais se destaca a capacidade financeira para fazer face a todas as solicitações válidas.

Emanuel Ribeiro
ADD

A actuação da ADD pode ser consubstanciada em alguns objectivos específicos e operacionais:

- Reforço da capacidade de gestão;
- Valorização das competências individuais;
- Valorização e promoção dos produtos agro-alimentares de qualidade;
- Valorização e promoção da região no exterior;
- Valorização do património natural e construído;
- Reforçar a valorização e qualificação dos espaços rurais;
- Modernização e inovação do sector da agro-indústria;
- Valorizar, dinamizar e promover as actividades artesanais;
- Apoiar a criação de infra-estruturas de carácter social e público;
- Apoiar a inovação da pequena indústria;
- Estimular o auto emprego, principalmente de jovens e mulheres;
- Participar e apoiar acções de cooperação interterritorial;
- Reforçar/Promover a troca de experiências e a fluidez da informação;
- Estimular a articulação do PIC LEADER +, com as restantes medidas do III QCA;
- Reforço da identidade cultural e do sentido de pertença.

IAPMEI

Promover a competitividade das empresas

Conceber e executar políticas de apoio ao desenvolvimento empresarial, visando sobretudo a modernização e inovação das micro, pequenas e médias empresas, é o objectivo do IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento.

O IAPMEI é um organismo público nacional (sob tutela do Ministério da Economia) com vocação para o apoio às empresas e para a promoção da competitividade da estrutura empresarial portuguesa. Concentrando na sua sede em Lisboa os serviços administrativos e financeiros e as direcções centrais responsáveis pela concepção e implementação de políticas de apoio às empresas, o IAPMEI assegura a presença em todo o território nacional através das suas 14 delegações regionais e de sete Centros de Formalidades de Empresas.

Com uma imagem fortemente marcada pela gestão de sistemas de incentivos, o IAPMEI assumiu papéis diversificados nas mais diversas áreas, actuando sobre as falhas de mercado, mas contribuindo também significativamente para a criação de mercado em domínios vitais para a competitividade das empresas portuguesas. O Programa Operacional da Economia (POE) constitui no período 2000-2006 o quadro de referência para a actuação do IAPMEI. A este instituto estão reservadas funções de coordenação e operacionalização de um conjunto relevante de medidas do POE.

Em simultâneo, com o objectivo de promover o desenvolvimento de um ambiente facilitador do reforço da competitividade das empresas e do desenvolvimento sustentado da economia, o IAPMEI procura agir também sobre a envolvente empresarial por forma a contribuir para que sejam criadas as condições de capacidade concorrencial e sustentabilidade dos principais agentes económicos nacionais - as empresas. Nesta intervenção, o IAPMEI desenvolve parcerias estratégicas com outras entidades, públicas e privadas, de tipo institucional, associativo ou empresarial, com vista a encontrar soluções para as empresas nos domínios do financiamento, da formação, da inovação, do desenvolvimento tecnológico, do apoio à incubação, entre outros.

Assumindo o papel de agente de políticas públicas responsável por todos os domínios de actuação relativos aos segmentos das micro, pequenas e médias empresas, o IAPMEI centra a sua actuação nas seguintes áreas: Incentivos ao investimento; Inovação financeira; Assistência técnica e tecnológica; Criação de empresas; Cooperação interempresarial; Informação.

Criado em 1975 para prosseguir de forma sistemática o apoio às pequenas e médias empresas (PME), no sentido de promover a reorganização e a reconversão das empresas, apoiar a sua cooperação e concentração, bem como a sua modernização, o IAPMEI conheceu no início da década de 80 um desafio maior. Preparar as PME para a aventura comunitária foi assumida como a prioridade das prioridades, levando o IAPMEI a desenvolver um conjunto de acções de dinamização de empresas.

Com o II QCA o IAPMEI reforçou a sua estrutura passando a prestar serviços directos às empresas na análise e acompanhamento de projectos de forma que, na transição dos anos 80 para os anos 90, foi possível ao IAPMEI incrementar mecanismos eficazes de desenvolvimento e de modernização alterando o panorama das PME portuguesas. Surgiu assim, no final da década de 90, a Rede de Centros de Formalidades das Empresas. (ver caixa)

Mais recentemente, o Plano Operacional da Economia marca uma nova etapa no processo de apoio e parceria do IAPMEI com as PME, conferindo-lhe competências para a gestão dos seus dois principais programas de incentivos: o SIPIE (Sistema de Incentivos a Pequenas e Médias Empresas) e o SIME (Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial).

Uma proximidade cada vez maior das empresas portuguesas, reconhecendo o papel fundamental das associações empresariais, para em conjunto vencer os desafios da competitividade, é ao que o IAPMEI se propõe.

IAPMEI
Rua Rodrigo da Fonseca, 73
Telf: 21 3836000
Fax: 21 3836283
E-mail: info@iapmei.pt
<http://www.iapmei.pt>

Centros de Formalidades das Empresas

Os Centros de Formalidades das Empresas (CFE) são serviços de atendimento e de prestação de informações aos utentes que têm por finalidade facilitar os processos de constituição, alteração ou extinção de empresas e actos afins. Consistem na instalação física num único local de delegações ou extensões dos Serviços ou Organismos da Administração Pública que mais directamente intervêm nos processos atrás referidos.

Os CFE têm competência para constituir Sociedades por quotas, Sociedades Anónimas, Sociedades em comandita, Sociedades em nome colectivo e ainda proceder à alteração de pactos sociais (de empresas já existentes). Por enquanto, os CFE não efectuam a dissolução de sociedades.

A Rede Nacional dos CFE, criada em 1998 com o objectivo de alargar a todo o território nacional a implantação destes Centros, encontra-se concluída com a criação do segundo CFE de Lisboa, contemplando sete CFE que têm como entidade hospedeira o IAPMEI: Lisboa, Porto, Coimbra (com uma extensão na Covilhã), Setúbal, Braga e Loulé.

A morada e horário de funcionamento de cada um dos CFE e outras informações podem ser obtidas no site <http://www.cfe.iapmei.pt>

Observatório da Criação de Empresas

O IAPMEI, com o objectivo de dispor de mais e melhor informação sobre os empreendedores portugueses, tem vindo a desenvolver, desde 1999, com a colaboração da Rede Nacional de CFE, o Observatório da Criação de Empresas. Um projecto que procura essencialmente conhecer as características dos novos empresários e as expectativas envolvidas no projecto de criação de empresas. Tendo por base os dados recolhidos em 2002, a maioria das sociedades constituídas nesse ano nos CFE vão exercer a sua actividade no comércio (23,2%) e construção (19,9%).

Quase 40% das novas sociedades têm a sua sede localizada em pequenas e médias cidades e 12% na sua periferia, enquanto cerca de 24% se situam em zonas rurais, 14% nas grandes cidades e 10% na periferia de grandes cidades. As sociedades inquiridas têm em média dois sócios, sendo a expectativa de emprego para o primeiro ano de actividade significativamente reduzida, rondando em média dois postos de trabalho.

Cerca de 47% dos empresários afirma ter experiência empresarial (destacando-se a agricultura onde este indicador ascende a 88%), e 80% deles declararam conhecer bem o mercado onde vão actuar.

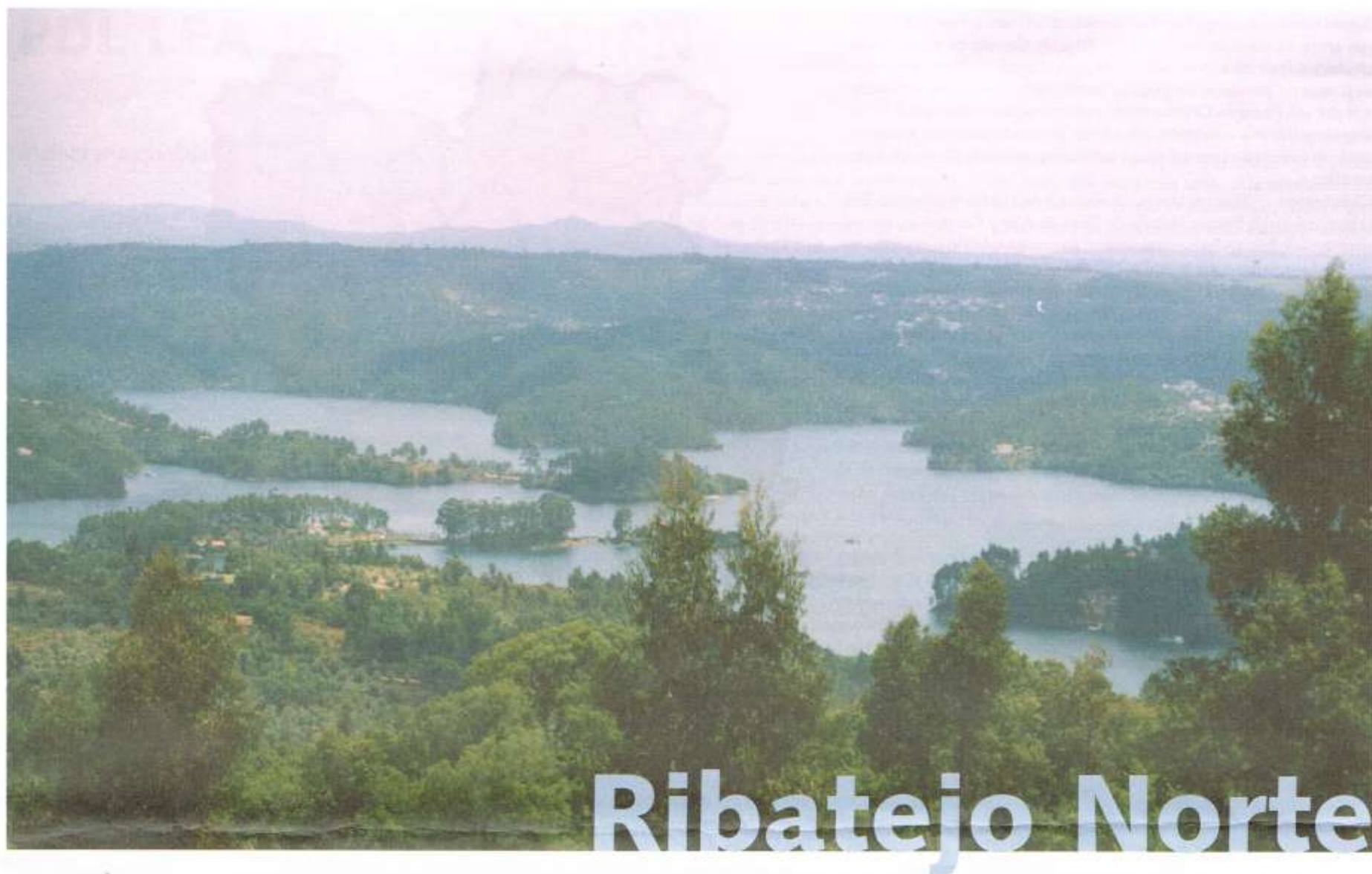
A grande maioria das sociedade (acima dos 80%) é criada com o capital social mínimo e as expectativas registadas pelos novos empresários relativamente ao volume de negócios para o primeiro ano de actividade revelam pouco optimismo. Os resultados do inquérito de 2002 revela ainda que 67,2% dos empresários são homens e 32,8% são mulheres e a maioria dos empreendedores se encontra na faixa etária entre os 30 e os 40 anos.

O nível de habilitações literárias revelado no Observatório é relativamente baixo. Cerca de 31,4% dos novos empresários têm a escolaridade obrigatória, 31,2% o ensino secundário, 7,7% declaram ter frequência universitária e 17,1% uma licenciatura ou outro grau superior.

Mais de metade dos empresários tenciona manter a profissão actual (26,8% trabalham por conta de outrem, 26,1% são empresários em nome individual e 22,8% são sócios de outras empresas), pelo que apenas cerca de 40% afirma a intenção de dedicação exclusiva à empresa criada.

Refira-se ainda que cerca de 40% dos novos empresários têm uma experiência profissional superior a 10 anos, mas que 37,7% estão em início de carreira, com menos de três anos de actividade.

Das principais motivações referidas para a criação da empresa, a necessidade / desejo de assegurar o futuro dos filhos surge em primeiro lugar para 35,4% dos novos empresários, seguida, com 33% de respostas, pelo desejo de assegurar uma situação económica estável.



ACRIM

Ribatejo Norte

Textos de Francisco Botelho e Maria do Rosário Aranha

Constituído por terrenos aluviais junto ao Tejo, por um conjunto de planaltos e por maciços rochosos calcários, o Ribatejo faz a ligação tranquila entre as Beiras e o Alentejo. É neste contexto que se enquadra o território de intervenção da ADIRN.

Num país de tradição municipalista, a marca das regiões nunca se consolidou em termos geográficos e históricos. As designações e os contornos geográficos das "províncias", surgidas a partir do século XIX, são para nós a leitura regional menos polémica, correspondendo a espaços territoriais reconhecidos globalmente e a identificações comuns das populações. Algumas dessas designações, pela coerência da sua construção e pela sua história afirmam-se como bandeiras de uma forte identidade nacional. É esse o caso do Ribatejo, região que faz a transição entre o Norte e o Sul de Portugal e que se reporta às margens do Tejo antes deste "se diluir no chamado Mar da Palha". Constituído por terrenos aluviais junto ao Tejo, por um conjunto de planaltos e por maciços rochosos calcários, o Ribatejo faz a ligação tranquila entre as Beiras e o Alentejo, construindo o seu espaço próprio e a sua cultura humana específica.

É neste contexto regional que se enquadra o território do Ribatejo Norte, área de intervenção da ADIRN. Um território com cerca de 1400 K² e que abrange os concelhos de Alcanena, Ferreira do Zêzere, Ourém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha, num total de 66 freguesias. Enquadrado a oriente pelo Rio Zêzere e a ocidente pela Serra d'Aire, o Ribatejo Norte é ele próprio uma zona de transição dentro de outra mais vasta. E, como zona de transição, apresenta uma grande diversidade de identidades e de referências geográficas, culturais e económicas. É, aliás, esta especificidade e diversidade territorial que a ADIRN tem vindo a afirmar ao longo dos anos da sua intervenção, transformando-a na marca global de promoção da sua identidade e dos seus produtos que surgem cada vez mais no mercado com a chancela de Ribatejo Norte.

Abrangendo o Ribatejo Norte uma população de cerca de 150 000 habitantes, a Zona de Intervenção LEADER+ excluiu os núcleos urbanos de Tomar, Torres Novas e Alcanena. População que se afirma por um forte dinamismo económico, agora potenciado por um conjunto de acessibilidades que lhe permitem um rápido acesso à capital do país e a transformam numa plataforma privilegiada de acesso ao Interior. Com a A1 a ocidente, o acesso principal à região é feito pelo IP6, via que liga a Castelo Branco. É neste itinerário que entronca o IC3, a via que passando por Tomar permite o acesso a Coimbra, e que se revela estruturante para todo o território. Uma via que não se encontra ainda totalmente concluída o que dificulta a afirmação económica das zonas mais interiores.

A agricultura do Ribatejo Norte é uma agricultura de pequena dimensão, com explorações que abrangem em média dois a três hectares, sendo as produções mais significativas as que se prendem com o vinho, o azeite e o figo. A agricultura, aliás, surge quase sempre como actividade e rendimento complementar das famílias, sendo efectuada em horários pós-laborais. A actividade comercial é pouco marcante, com uma dimensão essencialmente local. A nível industrial há alguma tradição ao nível da construção civil, do papel (Tomar), dos têxteis (Torres Novas), das peles (Alcanena) e dos móveis (Ourém). As zonas industriais de Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha, beneficiando das modernas acessibilidades, revelam um crescente dinamismo.

Ao nível dos serviços, a região encontra-se razoavelmente dotada, tendo nos últimos tempos sido dotada de modernas infra-estruturas nas áreas da saúde e do ensino. E disponibiliza ensino superior a mais de 2000 estudantes, através do Instituto Politécnico de Tomar em áreas de gestão (incluindo gestão turística), papel, construção civil, entre outras.

Valores ambientais

Mas o Ribatejo Norte beneficia, sobretudo, de um conjunto de valores ambientais e patrimoniais que a colocam numa posição privilegiada para a potenciação turística, preocupação patente em toda a actividade da ADIRN.

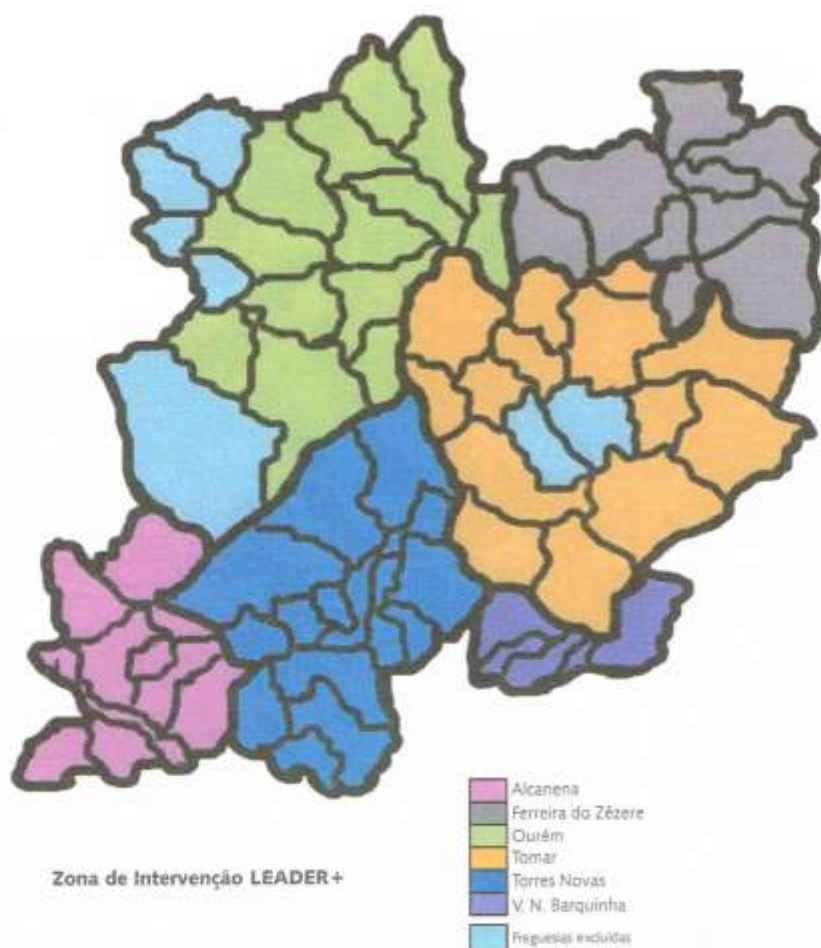
A nível ambiental, a região pode disponibilizar um sem número de atractivos entre os quais se destaca a Albufeira de Castelo de Bode. Maior albufeira do país até à construção do Alqueva, Castelo de Bode proporciona já algumas estruturas de apoio ao lazer e aos tempos livres, enquadrados por um Plano de Ordenamento recentemente revisto que é fortemente restritivo a actividades poluidoras, pretendendo assim preservar um bem essencial como é a água e valorizar a qualidade do seu usufruto turístico.

Classificados, o Ribatejo Norte apresenta três ofertas territoriais. Em primeiro lugar, o Parque Natural da Serra de Aire e Candieiros, com a sua marca de fauna e flora características do maciço calcário e uma ocupação humana muito própria. Isto para lá do recente atractivo das pistas de dinossáurios. Depois, a Reserva Natural do Paul do Boquilobo, uma zona húmida de interior situada entre o Almonda e o Tejo e que é sobretudo reconhecida pela sua importância ornitológica. Valor reconhecido pela UNESCO que a classificou como Reserva da Biosfera no âmbito do Programa MAB. Classificado na Rede Natura 2000 está ainda o Agroal, as nascentes do Agroal que alimentam o rio Nabão. Entre escarpas de xisto, o local revela-se paradisíaco e é, há muito, uma permanente atracção para visitantes que procuram nas águas límpidas um reconforto para os olhos e para o corpo.

Valores patrimoniais

Em termos de património construído, o Ribatejo Norte é marcado pelos vestígios medievais e, acima de tudo, pela marca da herança templária. A Ordem Templária, fundada em Jerusalém em 1118, esteve fortemente ligada ao esforço de afirmação política de Portugal que levou à sua independência no séc. XII. E é em 1159 que os Templários se tornam senhores das terras do Zêzere entre o Mondego e o Tejo e iniciam a construção do castelo de Tomar. E Tomar desempenha um papel cimeiro no historial da Ordem até à sua extinção no princípio do séc. XIV. Esta marca patrimonial, ligada ao mito da Ordem e à rede de lugares templários em toda a Europa, é um dos elementos com elevado potencial para a dinamização do turismo. Que a ADIRN tem sabido potenciar disponibilizando as Noites Medievais, uma animação fundamentada na realidade medieval e que tem sido realizada no castelo de Torres Novas face às dificuldades logísticas de utilização dos espaços medievais de Tomar. Mas, para além dos castelos de Tomar e Torres Novas, não podemos deixar de referir o castelo de Amourol, esse ex-libris dos castelos de Portugal, situado numa pequena ilhota do Tejo e paradigma do imaginário medieval.

Património mundial classificado pela UNESCO, a janela manuelina do Convento de Cristo em Tomar é o maior expoente do estilo manuelino em Portugal e compõe, com a "Charola" do Convento do século XII, um conjunto único a nível mundial.



Este conjunto de valores patrimoniais e ambientais faz do Ribatejo Norte uma terra privilegiada para a ocupação turística. A ADIRN percebeu este facto e tem vindo a potenciá-lo, sobretudo, através da animação turística. Trabalhando o conceito moderno de Turismo de Aventura e utilizando os cursos de água, as montanhas, as histórias e os mitos para, com eles, proporcionar momentos únicos. Valorizando também as potencialidades culturais que lhe são proporcionadas por um artesanato ainda forte na olaria e cestaria. Dando destaque a um cabaz de produtos subordinados à marca agregadora da região. Simultaneamente usufruindo e afirmando uma identidade que tem ajudado a tornar única – a do Ribatejo Norte, território de transição, com um pé nas Beiras.



PDL LEADER+ da ADIRN

Melhorar a qualidade de vida das populações

“Os projectos e acções desenvolvidos no âmbito do Programa LEADER+ procuram a melhoria da qualidade de vida das populações residentes através do trabalho com os jovens e a animação em meio rural, a igualdade de oportunidades para as mulheres, a promoção do desenvolvimento sustentado, equilibrando ambiente/turismo/cultura e a preservação da região, contribuindo para o orgulho de ser norte ribatejano.”

Forte de uma experiência local, velha de mais de dez anos, esta associação, sobejamente, integrada na sua zona de intervenção (ZI) do Ribatejo Norte, elegeu como principais objectos de acção e de estruturação do seu próprio objecto de ser, o desenvolvimento do Turismo Rural e a valorização dos Produtos Locais. Com uma área de intervenção grande de 1400 km², seis concelhos e 66 freguesias, aliás 100.000 habitantes, distribuídos em cerca de 80 pessoas por km², e o orçamento LEADER+ ascende ao montante máximo atribuível, ou seja, 1 milhão de contos.

A promoção, apoio e aproveitamento das potencialidades naturais locais, com vista ao desenvolvimento rural e à melhoria das condições de vida das populações, declinam-se em cinco áreas de acção: Terra d'Aventura, Ambiente, Herança Cultural, Iniciativa Mulher e Saberes e Sabores. Regra geral, isto corresponde a uma continuidade do trabalho da ADIRN, contando, mesmo assim, com o ajustamento da especialização no caso do turismo activo. De acordo com esta lógica, o grupo-alvo dos jovens constituem-se como principal actor e consumidor deste tipo de oferta, enquanto as mulheres, que figuram, tradicionalmente, na linha da frente das populações em risco de exclusão, seriam

consideradas, desta vez, como objecto de discriminação positiva. O Ambiente serve para sensibilizar os jovens para as práticas ao ar livre e, por conseguinte, criar neles a necessidade de defenderem a protecção do meio ambiente. A Herança Cultural, leia-se rural, pretende a preservação do património a nível de lagares, adegas, criando também pontos de referência para serem a prazo integrados em roteiros culturais, que, por sua vez, iriam ao encontro de circuitos e programas turísticos.

Este processo não é sempre pacífico, pois às vezes deixam para trás ou na prateleira ideias que as ADL sabem boas e adaptadas às necessidades locais. Assim, no âmbito do eixo forte do Turismo d'Aventura, uma das apostas mais inovadoras em termos de criação de infra-estruturas é o Centro de Formação Aventura, que ainda não foi implementado por falta de liquidez. Segundo o coordenador, o sistema do reembolso constitui um dos principais problemas do LEADER+. Aqui, a ausência de disponibilidade financeira obriga a pôr um projecto importante em stand-by. Dentro do mesmo registo de reversos em relação a projectos estruturalmente importantes, acontece que acções bastante acarinhadas pelas ADL sejam puro e simplesmente recusadas. Foi o caso da rede de desenvolvimento rural, cortada na fase de análise do PDL. “A rede de desenvolvimento rural tinha a ver com criar uma série de agentes pelas freguesias, pelos concelhos, tinha a ver com um projecto que se chamava “um dia na freguesia de...” e que suponha um trabalho de animação constante nas freguesias”.

Ao longo destes anos todos, a ADIRN tem adquirido experiência e equipamentos, constituído bolsas de recursos e de clientes que fazem dela um parceiro legítimo e capaz de colaborar com as outras instituições no

desenvolvimento da região, mas não chega. É preciso um mais, que passa pela auto-sustentabilidade. Esse factor não é descorado na estratégia da ADIRN, antes pelo contrário. Uma característica essencial referente ao processo de implementação do plano, é que, como diz o coordenador da ADIRN, Jorge Rodrigues, o “PDL está muito virado para projectos internos” à própria associação. Isto não é novidade, mas sim, a simples confirmação de uma direcção iniciada no LEADER II, com a criação de iniciativas económicas como a Templar e a Loja do Ribatejo Norte ou a participação na Pro-Regiões e na Inovar Tejo. Nas palavras de Jorge Rodrigues corresponde a uma vontade de “reforçar, primeiro, a entidade e deixar de ser apenas uma passagem de subsídios”. Levanta-se aqui claramente a questão da sustentabilidade do projecto ADIRN.



Plano de Desenvolvimento Local

Medidas, Submedidas e Acções - resumo

Medida 1 Investimentos

Submedida 1.1 Infra-estruturas

Acção 1.1.1 Aldeia da Juventude

Proporcionar aos jovens condições para um turismo activo e a prática de desporto em contacto com a Natureza.

Acção 1.1.2 Centro de Formação Aventura

Recuperar ou construir um espaço destinado a funcionar como centro de formação para a prática do desporto aventura com camaratas e refeitório.

Acção 1.1.3 Centro de Interpretação e Sensibilização

Recuperar edifícios adaptando-os em centros de interesse para jovens e população em geral.

Acção 1.1.4 Ludotecas

Adaptar espaços para ludotecas e equipamentos necessários para entretenimento das crianças.

Acção 1.1.5 Museus de cariz rural

Conservar o património rural, recuperando/adaptando infra-estruturas de uso e interesse colectivo de natureza cultural em espaços museológicos.

Submedida 1.2 Apoio a actividades produtivas

Acção 1.2.1 Empresas Inovadoras de Jovens

Apoiar jovens que pretendam criar empresas inovadoras no sector do turismo activo ou actividades afins.

Acção 1.2.2 Acções complementares de apoio ao turismo activo

Apoiar pequenas infra-estruturas ou equipamentos de interesse colectivo detectados como estrangulamentos à implementação do PDL.

Acção 1.2.3 Escola de Mergulho

Constituir uma escola de mergulho dando resposta às inúmeras solicitações registadas nesta área.

Acção 1.2.4 Empresas Inovadoras Mulheres Jovens

Apoiar a criação e/ou reconversão de empresas de mulheres na sequência do processo de orientação/formação indicado nas acções 1 e 2.

Acção 1.2.5 Pontos de Venda de Produtos Locais

Apoiar a criação de novos pontos de venda de produtos locais, localizados nos centros urbanos ou em locais de afluxo turístico.

Acção 1.2.6 Melhoria Tascas e Tabernas

Apoiar a recuperação, melhoria e conservação dos locais habituais de encontro social nas aldeias - tascas, tabernas e vendas ou mercearias.

Submedida 1.3 Outras acções materiais

Acção 1.3.1 Escola de Vela

Complementar o projecto iniciado no LEADER II, melhorando as condições de funcionamento da escola que se destina aos jovens residentes.

Acção 1.3.2 Escola de Aventura

Complementar o projecto iniciado no LEADER II, operacionalizando o trabalho com os jovens e as escolas.

Acção 1.3.3 Percursos na Natureza

Conceber, marcar e concretizar percursos pedestres ou para bicicletas, organizados em torno dos temas fogo, água, ar e terra com pontos de interpretação e sensibilização.

Acção 1.3.4 Etnografia e Cultura Popular

Apoiar manifestações de cariz popular e tradicional como o folclore, filarmónicas, festas das vindimas e outras de temática rural.

Medida 2 Acções imateriais

Submedida 2.1 Formação Profissional

Acção 2.1.1 Formação de Monitores e Animadores

Realizar acções de formação para a área específica do desporto-aventura.

Acção 2.1.2 Formação para mulheres

Realizar acções de formação nas áreas detectadas como necessárias na acção anterior.

Acção 2.1.3 Formação de Guias da Natureza

Realizar acções de formação com componentes teóricas e práticas para guias da natureza de acordo com o Programa Nacional de Turismo da Natureza.

Acção 2.1.4 Formação de Guias do Património Cultural

Realizar acções de formação para jovens que irão trabalhar na área da interpretação e guias do património cultural da região.

Acção 2.1.5 Formação Profissional

Realizar acções de formação de curta duração.

Submedida 2.2 Outras acções imateriais

Acção 2.2.1 Campos Eco-férias

Organizar campos de férias para jovens, com o objectivo de os sensibilizar para a protecção do meio ambiente, motivando-os a colaborar em acções que contribuam para este objectivo.

Acção 2.2.2 Templários

Conceber um roteiro que ligue os pontos com referências dos Templários no Ribatejo Norte, bem como a sinalização e a criação de postos de interpretação e informação sobre a Ordem Militar.

Acção 2.2.3 Animação e Eventos

Apoiar acções de animação e eventos de actividades desportivas, culturais e de lazer.

Acção 2.2.4 Promoção Produtos Turísticos

Apoiar acções destinadas a divulgar e promover a região, os produtos turísticos e em particular os produtos do turismo-activo.

Acção 2.2.5 Orientação

Realizar reuniões ao nível de freguesias com as mulheres que queiram melhorar ou iniciar a sua actividade profissional.

Acção 2.2.6 Centro de Apoio a Projectos

Criar um local onde será possível obter apoio técnico especializado na concepção e elaboração de projectos.

Acção 2.2.7 Promoção dos Produtos Ribatejo Norte

Dar continuidade à estratégia de marketing dos produtos locais, artesanato e turismo e da imagem de marca Ribatejo Norte.

Acção 2.2.8 Apoio às PME e Artesanato

Apoiar as empresas e/ou produtoras que queiram melhorar a rotulagem/design/marketing e internacionalização dos seus produtos.

Acção 2.2.9 Exposições e Animações Temáticas

Apoiar acções de animação e exposições temáticas na Loja do Ribatejo Norte.

ADIRN

Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte



A Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte foi constituída em 3 de Setembro de 1991 por 19 entidades. A ADIRN é uma das associações, no

universo LEADER, que surgiu na sequência de um Plano de Desenvolvimento Agrícola Regional (PDAR). As conclusões do plano apontavam para soluções complementares à agricultura e não na agricultura. A agricultura sendo de pequena dimensão, pouco intensiva e considerada actividade complementar e nunca principal, um plano que se identifique de desenvolvimento não podia passar, essencialmente, por esta via. Em fase de redacção do relatório final do PDAR, surge então o Programa LEADER. A equipa técnica agarra esta oportunidade e propõe à Comissão de Acompanhamento, integrada por 50 entidades, de se constituir em associação para se candidatar ao LEADER. Só 19 aderem ao projecto ADIRN, associando-se praticamente todas até hoje ao seu destino. A primeira aposta da jovem ADL vai para o turismo em espaço rural, seja a nível de alojamento, seja a nível de infra-estruturas. Quando a ADIRN faz o seu primeiro balanço no final do LEADER I, o saldo em termos concretos e materiais é pobre para a associação em si. Para mais a fase de transição para o LEADER II também se revela um momento difícil a ultrapassar. Na altura com 11 técnicos, a ADL tem que despedir grande parte. Daí a estratégia para o LEADER II ser diferente: criam-se empresas, participam-se noutras, adquire-se património, reforçam-se os equipamentos e consolida-se know-how. É na fase do LEADER II que nascem iniciativas de tipo empresarial: a Templar, a Loja do Ribatejo Norte; é nesse altura que ADIRN participa no projecto da ProRegiões e da Agência Regional "Inovar Tejo". É nitidamente uma fase de expansão. No fim do LEADER II, as empresas já dão todas prejuízo, os técnicos da própria ADIRN ficam reduzidos ao mínimo operacional, mas a aposta na auto-sustentabilidade mantém-se. A Templar assume cada vez mais o seu estatuto de agência de viagens / promotora de produtos de lazer; a Loja do Ribatejo Norte vai deixar um espaço demasiado anónimo e vai mudar-se para o Centro Histórico da cidade de Tomar, enquanto a ProRegiões está a abrir antenas de venda fora de Lisboa. Nesse âmbito, o projecto de cooperação entre ADIRN, a Tagus e Acorama servirá para criar em Lisboa uma estrutura de promoção destes produtos e dos territórios destas organizações. Este projecto passa por investir num espaço, onde poderiam coabitar um operador de turismo e uma loja da ProRegiões. "A ideia é sedimentar as coisas, por forma a perpetuarmos a existência da associa-

ção, sob pena de termos de fechar a porta, acompanhando o LEADER+. Trata-se de continuidade, mas cada vez mais com uma especialização e virando-nos para nós próprios para reforçar primeiro a entidade e depois deixarmos de ser apenas uma passagem de subsídios, até porque não é muito significativo o dinheiro que nós temos para atribuir a projectos terceiros."

Em termos da própria atribuição de subsídios e aprovação de candidaturas, ADIRN tem um Conselho de Gestão, constituído pelas Câmaras Municipais de Torres Novas e Ourém, a Quercus, a Caixa Agrícola do Ribatejo Norte e um representante da ProRegiões. Este novo conselho de gestão contrapõe-se à figura do conselho de administração, integrado por seis câmaras municipais e o Parque Natural da Serra d'Aire e Candeeiros. A ADIRN é uma associação bastante ligada às câmaras e isso é encarado pelo coordenador com serenidade. A melhor prova disso é que na altura da concepção do PDL, Jorge Rodrigues levou os seus directores para o Caramulo para lhes expor a estratégia em questão. Isto faz parte de um processo de envolvimento das pessoas da direcção ao nível da participação. O objectivo sendo nas palavras do coordenador da ADIRN, "tentar trazê-los para este lado da barricada e não alimentar uma oposição entre técnicos e administração". E acrescenta, "é uma postura que tem resultado num clima pacífico". Para além do LEADER, a ADIRN tem um Agris 7.1 - um centro de interpretação de práticas agrícolas tradicionais; um projecto de formação de monitores de actividades de ar livre, no âmbito do Vale Tejo e um Equal chumbado que vai ser rerepresentado em Novembro. Finalmente, em termos de projecto mais abrangente, Jorge Rodrigues quer criar uma plataforma de discussão das diversas entidades da região. A ADIRN despoletaria assim uma plataforma para o desenvolvimento local para pensar no futuro e, porque não, transformar este instrumento num fórum de pressão benéfico para a zona.

Na verdade, o futuro não deixa de ser uma tema recorrente no discurso da ADIRN, daí a necessidade de agir, antes que seja tarde de mais. "As previsões não são muito optimistas nesta fase. Para já vamos ter que decidir se mantemos a estratégia ou não dos projectos internos. E, se abrimos mão dos projectos internos, passamos só a financiar e toda a estratégia cai por terra."

ADIRN

Alameda Um de Março
Centro Comercial Templários, 3º Andar
2300-431 Tomar
Telefone: 249 310 040
Fax: 249 310 049
E-mail: adirn@mail.telepac.pt
Site: www.adirn.pt



Jorge Rodrigues

Coordenador

Jorge Rodrigues é técnico do Programa de Desenvolvimento Agrícola Regional de Tomar (PDAR) quando surge a resposta adaptada às necessidades locais: o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER. "As conclusões do nosso PDAR por ser esta região, em termos agrícolas, um manto de retalhos, apontavam para soluções complementares à agricultura." Dessa constatação à participação activa no processo de candidatura da Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte (ADIRN) ao PIC LEADER bastou um passo. Assim, ADIRN integra o mapa das associações de desenvolvimento local LEADER e Jorge Rodrigues adquire a função de coordenador do GAL a partir de 1993.

Licenciado em Engenharia Agronómica, com área vocacional em Agro-Pecuária, pelo Instituto Superior de Agronomia, Jorge Rodrigues é um homem preocupado com o futuro, que não tira os olhos do presente da associação e da região. Não gosta que confundam ADIRN com uma distribuidora de subsídios e prefere que a considerem um parceiro a ter sempre em conta, quando é questão do desenvolvimento do Ribatejo Norte.



Carla Augusto

Técnica de projectos

Licenciada em Arqueologia da Paisagem, pelo Instituto Politécnico de Tomar, Carla Augusto entra, temporariamente, para ADIRN pela porta do Centro de Formação "Mundo de Aventura" de Paialvo. Na altura assume a função de Relações Públicas. Durante a semana dedica-se à promoção do produto de turismo activo em Lisboa, enquanto nos fins-de-semana acolhe os grupos *in loco*. Em 1999, surge o convite oficial e Carla Augusto torna-se técnica de projectos. Neste momento está a tirar um mestrado em ordenamento do território na Universidade Nova "para colmatar o facto do seu trabalho não estar propriamente ligado à sua formação". Nota-se a aposta no presente para garantir o futuro, ainda considerado demasiado incerto. "Com o trabalho que nós temos estado a fazer dentro da associação, em projectos nossos, para dar continuidade no futuro. O que eu pretendo fazer é dar sempre o meu melhor dentro dos projectos da associação para que no futuro, a associação continue o seu trabalho de desenvolvimento local, mesmo sem LEADER."



Isabel Marto

Assistente administrativa

Isabel Marto entrou para ADIRN, em Julho de 1992, através do Centro de Emprego. Em termos profissionais, faz o secretariado do Conselho de Administração, da Assembleia Geral, da ADIRN, em geral, assim como dá apoio à contabilidade, classificando os documentos. "Cresci com ADIRN. Comecei com ela muito pequenina e tenho construído o meu percurso em função dela." Há dez anos, não tinha nenhum curso específico, "agora estou praticamente a acabar o 12º ano técnico-profissional de contabilidade". Um certo desassossego em relação ao futuro leva esta técnica a adquirir competências que podem ser benéficas para a associação. Segundo Isabel Marto, "é uma área que eu gosto, vale a pena, porque tenho aquela esperancinha que posso contribuir". E todo este esforço porquê? "Não é um trabalho em série, fazem-se sempre coisas diferentes e torna-se gratificante."



Sandra Dinis

Assistente administrativa

Foi o primeiro trabalho de Sandra Dinis. Ex-emigrante na Suíça, entrou para ADIRN em 1993, com 18 anos e o 10º ano incompleto. Nas suas palavras, já faz "um bocadinho parte da mobília", assim como o LEADER também constitui o grosso da sua experiência profissional. Na ADIRN, para além do trabalho, propriamente, administrativo, a Sandra faz os lançamentos no WINLEADER, processa os pagamentos para os promotores, relatórios anuais e pedidos de pagamento à Comissão Nacional. Fazendo o saldo às contas, esta jovem aprendeu tudo em termos profissionais com ADIRN.



Maria João Oliveira

Técnica comercial

Maria João Oliveira tem 37 anos, trabalhou dez anos na Suíça, voltou há sete e trabalha há três na Loja do Ribatejo Norte em Tomar. A Loja funciona como ponto de exposição, promoção e venda dos "saberes e sabores" locais. Também serve de base logística de apoio a uma rede de cerca de 20 vitrines de exposição e venda, espalhadas por diversos pontos geográficos e estratégicos da ZI. Hoje a loja ainda sofre de um certo anonimato pela sua localização, mas prevê-se uma mudança para o futuro próximo, que será, sem dúvida, sinónima de novo élan.

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia-Geral: Presidente Quercus | Vice-Presidente CRIT - Centro de Reabilitação e Integração Torrejano | Secretário Cooperativa Agrícola de Ourém | **Conselho de Administração:** Presidente Câmara Municipal de Torres Novas | Vice-Presidente Câmara Municipal de Ourém | Vogais Câmara Municipal de Alcanena; Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere; Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha; Câmara Municipal de Tomar; Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros | **Conselho Fiscal:** Presidente Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Ribatejo Norte | Vogais Instituto Politécnico de Tomar; Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio de Dornes

Equipa Técnica da ADIRN

Coordenador Jorge Rodrigues | Técnica Superior de Projectos Carla Augusto | Assistente Administrativa Isabel Marto | Técnica Administrativa Sandra Dinis | Técnica Comercial Maria João Oliveira

Associados

Câmara Municipal de Alcanena; Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere; Câmara Municipal de Ourém; Câmara Municipal de Tomar; Câmara Municipal de Torres Novas; Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha; Adega Cooperativa de Tomar; Cooperativa Agrícola de Ourém; Cooperativa de Olivicultores de Fátima; Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio de Dornes; Quercus; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Ribatejo Norte; Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste; Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros; Instituto Politécnico de Tomar; Centro de Reabilitação e Integração Torrejano; Região de Turismo dos Templários

Doçaria tradicional

A 2ª edição da Feira Nacional de Doçaria Tradicional realizou-se nos dias 27, 28 e 29 de Junho, no aprazível espaço do Jardim do Castelo em Abrantes. Esta é uma iniciativa da TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, que pôde contar com a colaboração do Município de Abrantes, efectuada no âmbito da sua estratégia de promoção e dinamização da comercialização de produtos locais de qualidade, através do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+.

O certame contou com a presença confirmada de 28 doceiros de Norte a Sul do país passando também pela Madeira. Para além da doçaria tradicional, houve mostra e venda de compotas, mel e bebidas lícorosas nomeadamente, a Ginjinha de Ourém e a Poncha da Madeira.

Refira-se que esta feira arrancou logo com uma prova de apreciação pelo júri do Concurso de Stands e fechou com a atribuição do respectivo Prémio. Entre os deliciosos doces e magníficos manjares das tasquinhas, os visitantes souberam também apreciar as notas musicais, frutos de ritmos populares e tradicionais. O Jardim do Castelo foi o ponto de encontro para os amantes destas iguarias. Aqui fica...um guloso convite até à próxima edição.

TAGUS



Feira Agrícola Açores 2003



A ADELIAÇOR esteve presente na Feira Agrícola Açores, que teve lugar no parque de exposições da Ilha do Faial, de 20 a 23 de Junho, com um pavilhão inteiramente dedicado à divulgação da Associação, dos saberes e fazeres e produtos locais de qualidade e ao LEADER+/ADELIAÇOR. É de salientar que o pavilhão da ADELIAÇOR foi o local escolhido pela organização do certame para se proceder ao discurso de inauguração presidido pelo secretário Regional da Agricultura.

Durante os quatro dias de feira, o pavilhão contou com a presença de artesãos, traba-

lhando ao vivo nas áreas da tecelagem (S. Jorge) escama de peixe e rendas (Pico), bordado de palha sobre tule (Faial) e pintura sobre seda (Flores). Com um dia dedicado a cada uma das parcelas do território – São Jorge, Pico, Faial e Flores e Corvo, o pavilhão apresentou e deu a conhecer os sabores de cada uma das ilhas, acompanhado por músicos: Grupo de cantares Sons do Vale; Grupo de Cordas da Casa do Povo das Manadas de São Jorge; Coro Misto da Madalena do Pico; e o fadista Armando Meireles da ilha das Flores.

Das actividades da ADELIAÇOR destacaram-se a apresentação dos projectos: Magna Mater- workshops de artesanato e Seminário Pensar Turismo Ilhéu.

O pavilhão foi muito visitado, ultrapassando a média de mil visitantes/dia.

ADELIAÇOR

40ª Feira Nacional de Agricultura

A 40ª edição da Feira Nacional de Agricultura e 50ª edição da Feira do Ribatejo registou a afluência de cerca de 200 mil pessoas.

Uma feira mais internacional, mais exposta, mais definida, com uma aposta forte na presença das Casas Agrícolas são objectivos para a Feira do Ribatejo de 2004, segundo João Machado, Presidente do Conselho de Administração do Centro Nacional de Exposições (CNEMA), no rescaldo da Feira do Ribatejo, que decorreu de 7 a 15 de Junho. "A agricultura continua a ser a nossa principal área de actuação e temos de divulgar o que de melhor se faz em Portugal." Quanto à internacionalização do certame, João Machado diz ser possível "aproveitar o alargamento da União Europeia para sensibilizar os novos países a estarem presentes".

Os aspectos práticos também não ficaram descorados. Assim, "a criação de um serviço de atendimento imediato às reclamações permitiu eliminar problemas de expositores e uma melhor compreensão por parte do CNEMA". Já a utilização de bio-diesel no comboio turístico, colaboração entre o CNEMA e a Universidade Independente, foi inovadora e uma aposta bem sucedida, que permitiu uma maior visibilidade da feira. Daí

ser "uma actividade a desenvolver em anos futuros", afirmou João Machado.

O sector pecuário proporcionou alguns dos momentos altos da Feira, através das diversas manifestações ligadas ao Cavalo, a presença da Raça *Holstein Frísia* com cerca de 100 animais e das principais raças de Ovinos e Caprinos. Relativamente aos suínos, o destaque foi para a raça *Malhada de Alcobça*, hoje quase em extinção. O espaço reservado ao Toiro Bravo recolheu uma grande adesão, mas na próxima edição o objectivo será "arranjar um espaço mais condigno e em harmonia com o habitat natural".

No sector de máquinas e equipamentos, "a feira foi particularmente frutífera para fechar negócios". E também o Artesanato conseguiu um aumento de cerca de 70 por cento na área expositiva.

CNEMA



Santiago 2003



No âmbito da Santiago 2003 que decorreu entre os dias 29 de Maio e 1 de Junho de 2003, em Santiago do Cacém, foi organizada uma Mostra de Artesanato e Produtos Agro-Alimentares do Litoral Alentejano.

O projecto promovido pela NEG-DAL Lda, entidade organizadora da XVI Feira Agro-Pecuária do Litoral Alentejano e financiado pelo Programa Leader + "Alentejo Litoral", cuja organização ficou em termos de organização a cargo da ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral

Alentejano pelo conhecimento e proximidade que mantém com os artesãos e com os produtores.

Este evento juntou num espaço de 15 módulos cerca de 30 artesãos das mais variadas áreas (cerâmica, olaria, mobiliário tradicional, tecelagem, cestaria, cortiça e madeira, entre outros) e 20 produtores da área agro-alimentar (enchidos, queijos, mel, vinhos, doçaria regional).

Passaram por este certame 46 mil visitantes, dos quais várias centenas levaram uma peça de artesanato que se produz no Alentejo Litoral e deliciaram-se com os produtos desta sub-região rica em património, cultural e tradição.

ADL

Cooperativa Raia Viva

Na perspectiva de criar um destino turístico integrado, assimilando todas as valências do património existente na região, a Associação de Desenvolvimento Raia Histórica Impulsionou a criação da Raia Viva - Cooperativa de Animação Turística da Raia, CRL, posicionando-se no mercado como um operador turístico regional.

Este projecto concretizou-se no dia 25 de Junho com a constituição jurídica da cooperativa em que participam a Câmara Municipal de Trancoso, a Câmara Municipal de Almeida, a Associação Comercial e Industrial de Trancoso, Aguiar da Beira e Méda (ACITAM), Alto dos Frades, Empreendimentos Turísticos Lda, e a Associação de Desenvolvimento Raia Histórica.

Juntaram estas cinco entidades para dar lugar à Raia Viva, cooperativa que nasce para colmatar uma lacuna ao nível da dinamização turística do território. Legitimada por um conhecimento profundo do território, a Raia Viva tem como missão defender, dinamizar e divulgar o património da sua área de intervenção: NUT III da zona Centro.

Nesta sequência, e uma vez que o objecto da cooperativa é a animação turística, no panorama dos seus objectivos está a construção de um destino turístico integrado: desenvolver um trabalho orientado às novas exigências da procura turística potenciando a diversidade dos recursos turísticos existentes na sua área de intervenção. A animação turística proposta por esta nova entidade incide assim na concepção e comercialização de produtos turísticos e programas de lazer combinando diversas modalidades: Desporto, Aventura, Actividades Culturais, Rotas Temáticas, Organização de Eventos...

Quer seja através da escolha de um programa preconcebido, ou mediante solicitação específica, o turista dispõe finalmente de uma solução para ocupar o seu tempo de permanência com as mais variadas actividades. Raia Viva é doravante sinónima de animação turística com vista à descoberta de um território misterioso... pela qualidade, pela quantidade e pela diversidade do seu património.

Raia Histórica

Turismo no Espaço Rural



Mais de 200 pessoas participaram no Encontro Nacional do Turismo no Espaço Rural que teve lugar no dia 21 de Junho, no Convento de Refoios, em Ponte de Lima. O evento veio dar continuidade às comemorações do 20º aniversário da TURIHAB e pretendeu reflectir sobre os principais problemas do sector.

A iniciativa contou com a presença

de várias figuras ligadas ao turismo português, entre as quais o secretário de Estado da tutela que destacou a importância e o crescimento deste tipo de turismo para Portugal, descrevendo-o como uma bandeira do turismo.

Em resposta aos pedidos apresentados pelo presidente da direcção da TURIHAB, Francisco de Calheiros, nomeadamente em relação à simplificação dos processos de certificação das casas e da legislação relativa ao Turismo no Espaço Rural (TER), o secretário de Estado Luís Correia da Silva anunciou que

dentro de seis meses haverá novas leis de forma a que as respostas a novos tipos de ofertas sejam mais simples, mais rápidas e mais flexíveis.

Convidado a falar sobre a qualificação do TER, o Director Geral do Turismo, Rui Valente, apelou a uma maior preservação do património construído para que se possa oferecer turismo de qualidade, até porque o Turismo no Espaço Rural representa, já, quatro por cento da capacidade de alojamento do país.

O presidente do Instituto do Fundo do Turismo, Emanuel Marques, ressaltou o investimento que tem vindo a ser feito através do II Quadro Comunitário de Apoio (QCA) traduzido em 64 milhões de euros dos empresários e 31 milhões da Administração Pública. De acordo com Emanuel Marques os investimentos vão continuar no III QCA.

Também presente no encontro, a administradora do ICEP Madalena Torres, sublinhou que a promoção do TER não deverá esquecer o Euro2004, já que será uma boa oportunidade para ganhar novos interessados neste tipo de turismo.

O encontro terminou com a atribuição do Faisão de Ouro a João Gomes de Abreu de Lima, Presidente da Assembleia Geral da TURIHAB.

Maria do Céu Sá Lima
TURIHAB

I Congresso de Leite e Lacticínios

O sector do leite e lacticínios dos Açores, a fileira mais importante em termos sociais e económicos, vive, na actualidade, grandes desafios face à Política Agrícola Comum e ao seu processo de revisão intercalar.

O debate na Europa Comunitária das questões relativas à Organização Comum de Mercado do Leite e Produtos Lácteos no contexto da revisão intercalar da PAC exige a participação activa de todos os intervenientes do sector, com implicações em toda a União Europeia, à qual não pode estar alheia a Região Autónoma dos Açores.

A Cooperativa Agrícola Bom Pastor, associada da ARDE e com mais de 500 sócios, dos quais 330 dedicados à produção de leiteira com fornecimento de leite à UNILEITE, sediada na maior bacia leiteira dos Açores, na freguesia de Arrifes, Concelho de Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel, entendeu oportuno promover uma iniciativa de âmbito regional, o I Congresso de Leite e Lacticínios – Açores 2003, de 17 a 18 de Maio, com vista a congregar especialistas e agricultores, nas áreas de produção, transformação e comercialização de leite e produtos lácteos, tendo por objectivo principal criar condições para efectuar o diagnóstico do sector nos Açores, debater o impacto das políticas da União Europeia, a influência da globalização económica, entre outros, bem como determinar medidas e preconizar soluções para as mais diversas problemáticas da produção do leite e lacticínios.

Tais objectivos, bem como a eficácia regional para serem atingidos, exigem a participação de todos os principais protagonistas, designadamente, dirigentes de associações agrícolas e de jovens agricultores, de cooperativas agrícolas e de suas uniões, indústrias privadas, parceiros sociais, técnicos especializados no sector do leite e lacticínios, responsáveis pela condução da política agrícola comum, regional, nacional e comunitária.

O evento, de âmbito regional, mobilizou aproximadamente 250 participantes de várias ilhas e organizações, com especial destaque para a fileira de S. Miguel. As temáticas abordadas dizem respeito aos mais variadíssimos aspectos da produção do leite e lacticínios, o que permitirá a obtenção de um conjunto de conclusões a partilhar por produtores, no sentido de adequar medidas e políticas que salvaguardem o futuro da fileira e que ajudem a preparar os vários intervenientes par aos desafios futuros do sector.

A iniciativa teve o apoio da ARDE, através do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+, onde o projecto perfez o montante total de investimento de 28.162,78 Euros, sendo participado em 54 por cento - verba FEOGA.

António Almeida
ARDE

Encontros de Monsaraz



A Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz (ADIM) realizou, nos dias 27 e 28 de Junho, a 13ª Edição dos Encontros de Monsaraz que abordou a temática "Solidariedades Sociais – Igualdade de Oportunidades, Imigração e Dinâmicas Inter-Generacionais".

Durante dois dias, testemunhas de uma vasta zona geográfica do Alentejo (Mértola, Arraiolos, Évora, Castel

to de Vide, Reguengos de Monsaraz e Beja) debateram a problemática da imigração, a promoção do emprego e a luta contra a exclusão. Este tema na ordem do dia reflecte-se nos programas e projectos da União Europeia, onde estão envolvidas várias associações de desenvolvimento local, câmaras municipais, misericórdias e outras instituições.

Francisco Martins Ramos, Presidente da ADIM considera que "as mudanças sociais ocorridas nos últimos anos, as crises económicas que afec-

tam o equilíbrio social e as alterações dos valores que pontuam a vivência quotidiana têm provocado problemas sociais que a todos afectam". Neste âmbito, sublinhou que os Encontros deste ano foram um espaço de diálogo, troca de ideias e experiências por parte daqueles que, no terreno, se encontram a dinamizar projectos e acções conducentes à melhoria das condições de vida e ao bem estar social. "Tivemos o testemunho de várias intervenções no terreno, trocámos ideias e experiências, avaliámos o êxito e insucesso de alguns programas e apontámos soluções para a melhoria do bem estar de grupos sociais, normalmente marginalizados. De facto, o tema abordado deu ensejo a um conjunto valioso de comunicações e intervenções que abordaram o processo de igualdade de oportunidades a nível do género e não só", realçou o dirigente.

Refira-se que ao longo dos anos esta Associação tem procurado lançar o debate sobre problemas e questões de nível regional, nacional e internacional.

ADIM

Escolinha do Cagarrinho

No passado dia 27 de Maio de 2003, foi inaugurado na Ilha de Santa Maria, zona de intervenção da ARDE (Associação Regional Para o Desenvolvimento), a Escolinha do Cagarrinho da Associação Juvenil da Ilha de Santa Maria. Esta iniciativa foi co-financiada a 60 por cento pelo Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ e contou com o patrocínio da Câmara Municipal de Vila do Porto. A Sociedade Recreativa "Banda 15 de Agosto" cedeu, por sua vez, gratuitamente, as suas instalações para o funcionamento desta Escolinha.

Como os naturais da Ilha de Santa Maria são conhecidos por Cagarros, a Escolinha herdou este nome "original".

A Escolinha funciona três vezes por semana durante um período de 50 minutos para crianças dos quatro aos dez anos. Este espaço-tempo é destinado ao desenvolvimento da expressão corporal e intelectual, sensorial, flexibilidade, força, assim como, da integração em grupo.

Todos os materiais adquiridos obedecem a parâmetros de qualidade, de acordo com as normas da UE.

A implementação deste projecto contribui, significativamente, para a formação dos jovens e crianças e para o melhoramento da qualidade de vida.

A ARDE, ao aprovar este projecto, consciente dos recursos naturais, culturais e patrimoniais e das necessidades sociais locais, colabora na criação de uma alternativa capaz de colmatar uma lacuna local, ou seja, a falta de iniciativas de ocupação de tempos livres para crianças desta idade.



Sérgio Cabral
ARDE

Produtos de Alcácer do Sal

Decorreu no passado dia 23 de Junho em Alcácer do Sal um colóquio denominado "Os Produtos Locais do Concelho de Alcácer do Sal", promovido pela Associação Terras Dentro no âmbito do projecto "Indução e apoio à modernização do meio rural", co-financiado pelo PIC LEADER +.

Integrado no programa da PIMEL 2003 - Feira do Lazer e das Actividades Económicas do Vale do Sado, este colóquio pretendeu promover e valorizar alguns produtos locais emblemáticos deste concelho, levantando questões como a sua sustentabilidade económica, a sua comercialização ou mesmo a sua produção.

Tendo como intervenientes da área técnica representantes de associações de produtores de três produtos locais que estão neste momento a ser alvo de processos de qualificação, nomeadamente o Arroz de Alcácer do Sal, o Pinhão de Alcácer do Sal e a Batata-doce de Carrasqueira/Comporta, foram aqui comentados a excelência dos produtos, reportando-se à sua história, qualidade,

saber-fazer das populações locais, bem como a importância económico-social, ambiental e agrícola que os mesmos representam neste concelho.

Estiveram também presentes produtores de produtos com potencial e que poderão vir a desaparecer com os seus produtores. Refira-se a presença de produtores de Doces Conventuais do Convento de Alcácer, de Mel da flora específica deste concelho de cariz litoral, e do Camarão do Rio Sado, pescado ainda por métodos artesanais e petisco bem característico da localidade de Alcácer do Sal.

O colóquio, embora pouco participado, foi assim um importante contributo para a valorização daqueles produtos, identificando as dificuldades porque passam os seus produtores e apontando-se algumas pistas para a sua resolução, tendo sido avançadas diversas ideias de projectos a desenvolver conjuntamente à volta destes produtos locais.

Terras Dentro

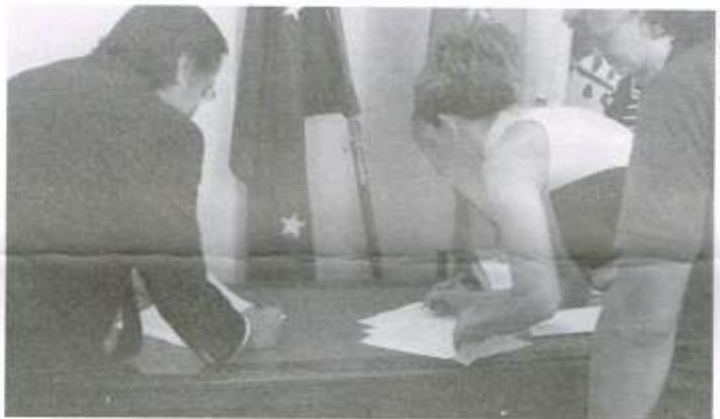
Protocolos LEADER+

O IDRHa - Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, entidade responsável do Programa LEADER +, assinou com a ANIMAR, Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local "Minha Terra", INDE - Intercooperação e Desenvolvimento e ProRegiões protocolos de cooperação com vista à dinamização da Rede Portuguesa LEADER +, Programa de Iniciativa Comunitária para o desenvolvimento rural.

Estes protocolos têm em vista a constituição de parcerias activas para promoção do mundo rural, através da realização de acções que promovam os produtos locais, que valorizem os territórios e que facilitem a cooperação e troca de experiências entre os diversos actores intervenientes no desenvolvimento local em meio rural.

A assinatura do protocolo realizou-se no dia 3 de Julho, na Loja do Mundo Rural, em Lisboa.

IDRHa



Fórum Social Português

No ano 2001, o Fórum Social Mundial aconteceu pela primeira vez em Porto Alegre no Brasil. Constituído como contrapeso ao Fórum Económico Mundial (Davos) e ao seu suporte unilateral da dinâmica dos mercados e da lógica puramente económica, este conceito multiplicou-se. Além dos fóruns temáticos também surgiram os fóruns a nível nacional e regional – por exemplo o Fórum Social Europeu em Florença 2002 ou o Fórum Social Pan-Amazónico em Janeiro deste ano.

Nessa linha, o primeiro Fórum Social Português (FSP) realizou-se nos dias 7 a 10 de Junho em Lisboa. Definindo-se como um "movimento de movimentos" e um "espaço de encontro e discussão, plural e diverso", o FSP convidou organizações, movimentos e indivíduos a participar num intercâmbio de ideias e experiências. O desafio lançado era debater as alternativas à guerra, à discriminação e ao neo-liberalismo para mostrar que "um outro mundo e um outro Portugal são possíveis".

Os três dias de trocas recíprocas foram estruturados em três eixos principais: 1º Democracia, cidadania, direitos e serviços públicos; 2º Trabalho, economia, globalização e desenvolvimento sustentável; e 3º A defesa e a promoção da Paz, da solidariedade e da luta contra a guerra. Assim, todas as manhãs, eram dedicadas a conferências repartidas em blocos temáticos. Durante quatro horas, oradores de várias áreas (científica, activista, política, jornalística, artística, etc.) expressavam as suas opiniões, sendo que a seguir o público era convidado a reagir e interagir.

Nas sessões da tarde e da noite, os diversos movimentos tinham preparado actividades sobre as suas áreas de trabalho, o que resultou numa mistura colorida de debates, jogos, oficinas, discussões, vídeos, apresentações e muito mais. Entre eles encontravam-se activistas de um vasto e

variadíssimo leque de movimentos da sociedade civil - Comércio Justo, trabalho infantil, violência contra mulheres, direitos dos imigrantes, desenvolvimento sustentável, não-violência ou uma cidade sem carros! A diversidade da paisagem portuguesa em termos políticos e sociais tornou-se então óbvia, confrontando os participantes com um problema essencial: como escolher perante uma oferta tão rica? Se considerarmos que uma pessoa comum se irá interessar por mais que um assunto, já a vida se torna bastante difícil! Neste caso, aconteceram em simultâneo vários eventos sobre um mesmo tema geral, por iniciativa de grupos diferentes. Daí uma coordenação de esforços num segundo FSP poderia ser uma escolha mais acertada.

Para quem ficava cansado de debates e discussões, havia um programa cultural paralelo com danças, concertos, apresentações, comida do mundo e muito mais, complementado pela Festa da Diversidade. As bancas das ONG (Organizações Não Governamentais), iniciativas, movimentos e partidos políticos ofereciam, permanentemente, material informativo assim como a possibilidade de discutir ideias e estabelecer contactos... O último dia do encontro levou este espírito para rua, para uma manifestação na Avenida da Liberdade de demonstração de um espírito comum de motivação, inspiração e esperança que os participantes, organizadores e activistas ganharam nos dias do fórum.

Concluindo, espero que numa próxima vez, ainda mais pessoas e organizações se envolvam num discurso amplo, denso e aberto sobre a melhor maneira de pintar o nosso futuro, um discurso onde cada um tenha uma voz igual.

Uli Lauerhass
INDE

Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável

Dia 4 de Setembro de 2002, Joanesburgo, África do Sul. Cento e noventa e um países adoptaram um compromisso político com o desenvolvimento sustentável à escala mundial. Dá pelo nome de "Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável" e merece um momento de leitura e reflexão.

Das origens ao futuro

1. Nós, representantes dos povos do mundo, reunidos durante a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, África do Sul, entre 2 e 4 de setembro de 2002, reafirmamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável.
2. Assumimos o compromisso de construir uma sociedade global humanitária, equitativa e solidária, ciente da necessidade de dignidade humana para todos.
3. No início desta Cimeira, crianças do mundo disseram-nos, numa voz simples porém clara, que o futuro lhes pertence, em consequência, conclamaram todos nós a assegurar que, através de nossas acções, elas herdarão um mundo livre da indignidade e da indecência causadas pela pobreza, pela degradação ambiental e por padrões de desenvolvimento insustentáveis.
4. Como parte de nossa resposta a essas crianças, que representam o nosso futuro colectivo, todos nós, vindos de todos os cantos do mundo, formados por diferentes experiências de vida, estamos unidos e animados por um sentimento profundo de que necessitamos de criar, com urgência, um novo e mais iluminado mundo de esperança.
5. Por conseguinte, assumimos a responsabilidade colectiva de fazer avançar e fortalecer os pilares interdependentes e mutuamente apoiados do desenvolvimento sustentável - desenvolvimento económico, desenvolvimento social e protecção ambiental - nos âmbitos local, nacional, regional e global.
6. Neste Continente, Berço da Humanidade, declaramos, por meio do Plano de Implementação e desta Declaração, sermos responsáveis uns pelos outros, pela ampla comunidade da vida e pelas nossas crianças.
7. Reconhecendo que a humanidade se encontra numa encruzilhada, estamos unidos numa determinação comum, a fim de realizar um esforço determinado para responder afirmativamente à necessidade de apresentar um plano prático e visível, que leve à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento humano.

De Estocolmo ao Rio de Janeiro a Joanesburgo

8. Há trinta anos atrás, em Estocolmo, concordámos na necessidade urgente de reagir ao problema da deterioração ambiental. Há dez anos atrás, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, concordamos em que a protecção do ambiente e o desenvolvimento social e económico são fundamentais para o desenvolvimento sustentável, com base nos

Princípios do Rio. Para alcançar tal desenvolvimento, adoptámos o programa global Agenda 21 e a Declaração do Rio, aos quais reafirmamos o nosso compromisso. A Cimeira do Rio foi um marco significativo, que estabeleceu uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável.

9. Entre o Rio e Joanesburgo as nações do mundo reuniram-se em diversas conferências de larga escala sob a coordenação das Nações Unidas, incluindo a Conferência de Monterrey sobre Financiamento ao Desenvolvimento, bem como a Conferência Ministerial de Doha. Essas conferências definiram para o mundo uma visão abrangente para o futuro da humanidade.
10. Na Cimeira de Joanesburgo muito se alcançou na convergência de um rico tecido de povos e pontos de vista, numa busca construtiva de um caminho comum rumo a um mundo que respeite e implemente a visão do desenvolvimento sustentável. Joanesburgo também confirmou haverem sido feitos progressos significativos rumo à consolidação de um consenso global e de uma parceria entre todos os povos do nosso planeta.

Os Desafios que Enfrentamos

11. Reconhecemos que a erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de consumo e produção e a protecção e utilização da base dos recursos naturais para o desenvolvimento económico e social são objectivos fundamentais e requisitos essenciais do desenvolvimento sustentável.
12. O profundo abismo que divide a sociedade humana entre ricos e pobres, juntamente com a crescente distância entre os mundos desenvolvidos e em desenvolvimento, representam uma ameaça importante à prosperidade, à segurança e à estabilidade globais.
13. O ambiente global continua a sofrer. A perda de biodiversidade prossegue, reservas pesqueiras continuam a ser exauridas, a desertificação toma conta de mais e mais terras férteis, os efeitos adversos da mudança do clima já são evidentes e os desastres naturais são mais frequentes e mais devastadores; os países em desenvolvimento são mais vulneráveis e a poluição do ar, da água e do mar continua a privar milhões de pessoas de uma vida digna.
14. A globalização adicionou uma nova dimensão a esses desafios. A rápida integração de mercados, a mobilidade do capital e os significativos aumentos nos fluxos de investimento pelo mundo fora trouxeram novos desafios e oportunidades para a busca do desenvolvimento sustentável. Mas os benefícios e custos da globalização são distribuídos desigualmente, e os países em desenvolvimento enfrentam especiais dificuldades para encarar esse desafio.

15. Corremos o risco de perpetuação dessas disparidades globais e, a menos que ajamos de modo a modificar fundamentalmente as suas vidas, os pobres do mundo podem perder a confiança nos seus representantes e nos sistemas democráticos com os quais permanecemos comprometidos, enxergando nos seus representantes nada além de imagens pomposas e sons retumbantes.

O Nosso Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável

16. Estamos determinados a assegurar que nossa rica diversidade, que é nossa força colectiva, será usada numa parceria construtiva para a mudança e para alcançar o objectivo comum do desenvolvimento sustentável.
17. Reconhecendo a importância de ampliar a solidariedade humana, instamos a promoção do diálogo e da cooperação entre os povos e civilizações do mundo, a despeito de raça, deficiências, religião, idioma, cultura e tradição.
18. Aplaudimos o foco da Cimeira de Joanesburgo na indivisibilidade da dignidade humana e estamos decididos, através de decisões sobre metas, prazos e parcerias, a rapidamente ampliar o acesso a requisitos básicos tais como água potável, saneamento, habitação adequada, energia, assistência médica, segurança alimentar e protecção da biodiversidade. Ao mesmo tempo, trabalharemos juntos para nos ajudar mutuamente a ter acesso a recursos financeiros e aos benefícios da abertura de mercados, assegurar o acesso à formação e ao uso de tecnologia moderna que resulte em desenvolvimento, e nos assegurar de que haja transferência de tecnologia, desenvolvimento de recursos humanos, educação e formação para banir para sempre o subdesenvolvimento.
19. Reafirmamos a nossa promessa de dar atenção prioritária à luta contra as condições mundiais que apresentam severas ameaças ao desenvolvimento sustentável de nosso povo. Entre essas condições estão: subalimentação crónica; desnutrição; ocupações estrangeiras; conflitos armados; problemas com drogas ilícitas; crime organizado; corrupção; desastres naturais; tráfico ilegal de armamentos; tráfico humano; terrorismo; intolerância e incitamento ao ódio racial, étnico e religioso, entre outros; xenofobia; e doenças endémicas, transmissíveis e crónicas, em particular HIV/AIDS, malária e tuberculose.
20. Estamos comprometidos a assegurar que a valorização e emancipação da mulher e a igualdade de género estejam integradas em todas as atividades abrangidas pela Agenda 21, as Metas de Desenvolvimento do Milénio e o Plano de Implementação de Joanesburgo.

21. Reconhecemos o facto de que a sociedade global possui os meios e está dotada de recursos para encarar os desafios da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável que confrontam toda a humanidade. Juntos tomaremos medidas adicionais para assegurar que os recursos disponíveis sejam usados em benefício da humanidade.
22. A esse respeito, visando contribuir para o alcance dos nossos objectivos e metas de desenvolvimento, instamos os países desenvolvidos que ainda não o fizeram a realizar esforços concretos para atingir os níveis internacionalmente acordados de Assistência Oficial ao Desenvolvimento.
23. Aplaudimos e apoiamos o surgimento de grupos e alianças regionais mais robustos, tais como a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), para a promoção da cooperação regional, do aperfeiçoamento da cooperação internacional e do desenvolvimento sustentável.
24. Continuaremos a dedicar especial atenção às necessidades de desenvolvimento dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e dos Países Menos Desenvolvidos.
25. Reafirmamos o papel vital dos povos indígenas no desenvolvimento sustentável.
26. Reconhecemos que o desenvolvimento sustentável requer uma perspectiva de longo prazo e participação ampla na formulação de políticas, tomada de decisões e implementação em todos os níveis. Na condição de parceiros sociais, continuaremos a trabalhar por parcerias estáveis com todos os grupos principais, respeitando os papéis independentes e relevantes de cada um deles.
27. Concordamos que, na prossecução das suas actividades legítimas, o sector privado, tanto grandes quanto pequenas empresas, tem o dever de contribuir para a evolução de comunidades e sociedades equitativas e sustentáveis.
28. Concordamos também em prover assistência para ampliar oportunidades de emprego geradoras de rendimento, tendo em consideração a Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Mundial do Trabalho (OMT).
29. Concordamos em que existe a necessidade de que as corporações do sector privado implementem as suas responsabilidades corporativas. Isto deve ocorrer num contexto com regulação, transparente e estável.
30. Assumimos o compromisso de reforçar e aperfeiçoar a governança em todos os níveis, para a efectiva implementação da Agenda 21, das Metas de Desenvolvimento do Milénio e do Plano de Implementação de Joanesburgo.

O Multilateralismo é o Futuro

31. Para alcançar os objectivos do desenvolvimento sustentável, necessitamos de instituições multilaterais mais eficazes, democráticas e responsáveis.
32. Reafirmamos o nosso compromisso com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, bem como com o fortalecimento do multilateralismo. Apoiamos o papel de liderança das Nações Unidas na condição da mais universal e representativa organização do mundo, e a que melhor se presta à promoção do desenvolvimento sustentável.
33. Assumimos adicionalmente o compromisso de monitorar, a intervalos regulares, o progresso alcançado na implementação das metas e objectivos do desenvolvimento sustentável.

Fazendo Acontecer!

34. Estamos de acordo que este deve ser um processo inclusivo, envolvendo todos os grupos principais e os governos que participaram da histórica Cimeira de Joanesburgo.
35. Assumimos o compromisso de agir juntos, unidos por uma determinação comum de salvar nosso planeta, promover o desenvolvimento humano e alcançar a prosperidade e a paz universais.
36. Assumimos compromisso com o Plano de Implementação de Joanesburgo e com o acelerar do cumprimento das metas socioeconómicas e ambientais com prazo determinado nele contidas.
37. Do continente Africano, Berço da Humanidade, afirmamos solenemente, aos povos do mundo e às gerações que certamente herdarão este planeta, estarmos determinados a assegurar que nossa esperança colectiva para o desenvolvimento sustentável seja realizada.

Encontros de Música das Terras de Sousa

14 de Julho a 29 de Agosto

Cinco concertos, a decorrer entre 14 de Julho e 29 de Agosto em locais singulares das Terras de Sousa, é a proposta dos Encontros de Música das Terras de Sousa organizados no âmbito dos Encontros de Música da Casa de Mateus. Uma iniciativa apoiada pelo LEADER+ Terra de Sousa.

Mais informações:
Ader-Sousa
Tel.: 255 311230
E-mail: ader.sousa@mail.telepac.pt

V Semana Cultural das Terras de Xisto

26 de Julho a 2 de Agosto

Vivendo essencialmente da participação de jovens que se deslocam a Silves (concelho de Fundão) e aí ficam durante o período em que decorre o evento, a Semana Cultural das Terras de Xisto funciona como um espelho das tradições e dos saberes da região. Um formato que a Associação Pinus Verde, desde cedo implementou e que é evidente na edição deste ano onde, para além dos diversos ateliers, se destaca a realização de peças de teatro, exposições de fotografia, passeios pedestres, entre muitas mais actividades.

Para participar e obter mais informações:
Pinus Verde
Tel.: 275 647342
E-mail: pinusverde@pinusverde.pt
Junta de Freguesia de Silves
Tel./Fax: 275 662779

Estágios de Verão 2003

Agosto

Na sequência da experiência positiva obtida em 2002, o Curso de Geografia e Desenvolvimento Regional da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, através do Protocolo de Cooperação estabelecido com a ANIMAR, acaba de lançar a segunda edição da iniciativa "Estágios de Verão". Uma iniciativa que tem em vista a colocação, em regime de voluntariado e durante o período de um mês, alguns dos seus alunos em entidades ligadas à problemática do desenvolvimento local.

Para mais informações, contactar:
Secretariado do Curso
Tel.: 21 7515500
E-mail: geografia@ulusofona.pt

8º Encontro de Malabarismo

5, 6 e 7 de Setembro

Workshops de Malabarismo, Trapézio, Arame, Andas, Acrobacia, Monociclo, etc., jogos, espectáculos e muita animação é o que promete este 8º Encontro de Malabarismo organizado pelo Grupo de Saltimbanco Marimbondo em colaboração com a Câmara Municipal da Lousã.

Inscrições e mais informação:
E-mail: info@encontromalabarismo.net
Internet: www.encontromalabarismo.net

Festas do Concelho de Sardoal

18 a 22 de Setembro

A realização de um grande Festival Hípico será uma das principais novidades das Festas do Concelho de Sardoal 2003, que decorrem entre 18 e 22 de Setembro. A iniciativa é promovida pela Associação Recreativa da Presa (freguesia de Alcaravela), com o apoio da Câmara Municipal de Sardoal e o alto patrocínio da TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior.

Para saber mais, contactar:
Câmara Municipal de Sardoal
Tel.: 241.850000
E-mail: imprensa@cm-sardoal.pt

Especialização em Desenvolvimento Local

Outubro

Encontram-se abertas as inscrições para frequência dos cursos "Especialização em Desenvolvimento Local" e "Especialização em Desenvolvimento Local Com Perspectiva de Género" promovidos pelo Delnet - programa do Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As inscrições encerram no próximo dia 1 de Outubro e os cursos têm início a 22 de Outubro.

Inscrições e informações:
E-mail: delnetportugues@delnetitilo.net
Internet: http://www.itcilo.it/delnet



LEADER II "Inovação em meio rural" Caderno nº 6 – Fascículos 1 a 5
Gilda Farrell, Samuel Thirion e Robert Lukesch (fascículo 3), com colaborações de Paul Soto e Martine François; Observatório Europeu LEADER, Dezembro de 1999 a Fevereiro de 2001.

Competitividade. A competitividade territorial, social, ambiental, económica e global, são os temas dos cinco fascículos do Caderno nº 6, do Observatório Europeu LEADER, publicados entre Dezembro de 1999 e Fevereiro de 2001.

Concebidos como um instrumento de apoio para uma abordagem territorial do desenvolvimento rural, cada fascículo passa em revista um dos aspectos da competitividade territorial, em função da seguinte grelha: análise do contexto; ensinamentos do LEADER e da experiência dos grupos de acção local (GAL); proposta de ferramentas e de métodos; e apresentação de estratégias possíveis.

A competitividade territorial supõe: ter em conta os recursos do território na procura de uma coerência de conjunto; a implicação dos actores e das instituições; a integração dos sectores de actividade numa lógica de inovação; a cooperação com os outros territórios e a articulação com as políticas regionais, nacionais, europeias e o contexto global.

O fascículo 1 coloca a situação de partida no centro da elaboração de uma estratégia territorial, e conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER, enquanto nos quatro fascículos seguintes, são desenvolvidas as "as quatro dimensões" da competitividade territorial, que se combinam de forma específica em cada território: a competitividade social, a competitividade ambiental, a competitividade económica, e a competitividade dos territórios rurais à escala global.



Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2002
Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente/Instituto do Ambiente, 2002.

A elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) é um dos compromissos internacionais assumidos por Portugal no âmbito da Agenda 21, acordada na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Este documento, da responsabilidade do Instituto do Ambiente, com a colaboração dos diversos Ministérios, corresponde aos trabalhos preparatórios conducentes ao estabelecimento da ENDS, e foi publicamente apresentado no dia 5 de Junho de 2002, no quadro das celebrações do Dia Mundial do Ambiente. Terminado o período de discussão pública que se prolongou por 60 dias, e publicado o Relatório da Discussão Pública - no qual "de uma forma global é feita uma apreciação positiva ao documento, considerado um bom ponto de partida para um processo mais longo e participado", o documento segue para a África do Sul, a tempo de ser apresentado na Cimeira sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo.

A presente versão da ENDS - que se apresenta em torno de quatro grandes domínios estratégicos: *Garantir o desenvolvimento equilibrado do território, Melhorar a qualidade do ambiente, Produção e consumo sustentáveis, e Em direcção a uma sociedade solidária e do conhecimento* - assume-se como "uma base de trabalho para o futuro e tem como objectivo apresentar uma visão prospectiva mas convergente relativa à promoção do desenvolvimento económico e social e à satisfação das necessidades colectivas".

Em termos metodológicos, a ENDS permitirá conhecer as grandes linhas de orientação estratégica que Portugal irá seguir no domínio do desenvolvimento sustentável.



Desenvolvimento Sustentável - uma referência comum
INDE/Célula de Animação da Rede Portuguesa, 2001

No final de 2001, no momento em que a Iniciativa LEADER entra numa nova fase com o lançamento do LEADER+, a INDE/Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II entendeu oportuno fazer o ponto de situação sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, dedicando-lhe o 11º da série de 16 Cadernos Temáticos publicados com a chancela da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II.

Compreender o significado do conceito - presente na maioria das políticas de desenvolvimento, entre as quais as de desenvolvimento rural - por um lado, e esclarecer em que aspectos a metodologia LEADER pôde e pode contribuir para a afirmação do desenvolvimento sustentável, por outro, foram os objectivos que nortearam esta publicação. Organizada em cinco partes - a primeira apresenta uma análise sucinta de todo o processo que conduziu ao conceito e à sua afirmação e aplicação, a segunda e terceira são consagradas à análise da aplicação da Agenda 21, em todo o mundo e especificamente em Portugal, na quarta parte analisa-se como o LEADER pode contribuir para implementar o desenvolvimento sustentável e, na última, são abordadas as novas perspectivas abertas pelo LEADER+ - este Caderno Temático, não pretendendo tratar a questão de uma maneira exaustiva, nem dar respostas imediatamente operacionais para os grupos LEADER, assume-se como um instrumento de informação e de alerta sobre a importância do tema. Situar e articular a acção das ADL ao movimento do desenvolvimento sustentável é o desafio lançado.

www.adruse.pt



Este site coloca em destaque três áreas: Menu, Eventos e Notícias em Destaque. No Menu encontramos uma entrada para ADRUSE, que se divide entre a apresentação da associação, Enquadramento, Área de Intervenção, Organização e Gestão, Documentação, e Outras Informações, que permite solicitar directamente à associação mais informação

sobre programas, eventos, documentação e produtos. Nas outras entradas, Associados apresenta os contactos e ligação directa aos sites e e-mail. Programas permite aceder a informação sobre vários programas, em Publicações encontramos uma listagem de vários números do "Informação Serra da Estrela", Notícias e Eventos procura dar informação actualizada nestes dois segmentos, embora estejam um pouco desactualizados. O site promove também uma Loja Online, embora ainda em fase inicial. Nos Fóruns são lançadas questões com o intuito de promover a participação dos utilizadores, numa dinâmica reforçada pela secção de Sugestões, que possibilita aos utilizadores tecerem comentários acerca do site. As Ligações estabelecem links para várias entidades como municípios do distrito, ministérios, entidades governamentais, imprensa regional, etc. À margem, situam-se canais para quatro áreas: Artesanato, Cultura, Gastronomia e Turismo, com listagem de produtos e pontos de interesse da zona de intervenção.

www.adi.pt



Notícias do Portugal Inovador estão em destaque no site da Agência de Inovação (AdI), e dão o mote para o carácter inovador e actual desta entidade. A Agência de Inovação, S.A. é uma entidade participada por capitais públicos do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, através da Fun-

dação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e que pretende promover a inovação e desenvolvimento tecnológico, facilitando o aprofundamento das relações entre o mundo da investigação e o tecido empresarial português. A Agência apoia projectos de investigação aplicada através de vários sistemas de incentivos. No topo de página, o site abre entradas para cinco áreas: Quem Somos, Portugal Inovador, Agenda, Ajuda e Links. No primeiro, faz-se a apresentação da AdI, com referência à dimensão estratégica pretendida, e que engloba seis tipos de intervenção: Inovar, Formar, Valorizar, Intermediar, Gerir a Inovação e Internacionalizar, aos quais também é possível aceder logo na primeira página, bem como em rodapé de outras páginas. O item Portugal Inovador engloba Notícias, Mostra de Projectos, acesso a Publicações e Estatísticas/Relatórios. A Agenda anuncia actividades que se vão realizar e resume iniciativas ocorridas. A área de Ajuda, permite procurar resposta para Perguntas Frequentes, acesso a um Mapa do Site, e nas Sugestões, garante uma linha de diálogo e participação para os utilizadores do site. Por fim, Links garante a ligação a outros sites úteis.

www.icep.pt



"Se o seu mercado é o mundo, o Icep Portugal é o seu guia". É assim que se apresenta o Icep Portugal - Investimento, Comércio e Turismo, organismo oficial responsável pela promoção da economia portuguesa no mundo.

A sua intervenção está direccionada para as empresas portuguesas que querem desenvolver actividade no exterior, e empresas estrangeiras que querem negociar em Portugal. São disponibilizados serviços de informação, acções de

promoção, e apoio especializado a empresas. Encontramos na página de abertura seis secções: Destaque, Portugal, Empresas, Mercados Externos, Negócios e Apoios à Internacionalização. Na primeira lêmos Novidades, Negócios e Feiras, Notícias, Legislação, Economia, Turismo e Edições, com informação útil e actualizada. Alguma informação é disponibilizada via Portugal News e Portugal In Site, especializados em informação e turismo. O primeiro, oferece notícias actualizadas, e possibilita a personalização do perfil de interesse do leitor, através da escolha de secções e palavras chave, que garantem o envio, via e-mail, de uma newsletter com notícias que encaixem nesse perfil. Nas restantes secções, encontramos informação variada sobre Portugal, com dados sobre vários aspectos da economia, comércio e turismo, além de empresas, mercados, negócios e apoios à internacionalização. Em resumo, um site muito completo, com informação variada, actualizada e muito útil.

Plântula, Propagação vegetal, Ida.

Plântula – sf. Bot. Embrião vegetal que começa a desenvolver-se pelo acto de germinação.



É com este bonito e sugestivo nome que em 1992 se constitui, em Torres Novas, uma pequena empresa de produção e comercialização de plantas, desde logo vocacionada para a propagação de oliveiras e figueiras, tão tradicionais na região. O desenvolvimento da empresa tem uma longa e segura consolidação ao longo dos anos, com um ajustamento social em 1995 e, a partir de 1997, a dedicação a tempo inteiro de uma das suas sócias e alma do projecto, a Eng. Noémia Faria. É a afirmação de um projecto que ultrapassa já as fronteiras da região e que começa a ter solicitações de todo o país e do estrangeiro. A Plântula orgulha-se de ser actualmente a primeira produtora de figueiras em Portugal (50.000 figueiras/ano) e a terceira produtora em oliveiras (200.000 oliveiras/ano). Para isso, dispõe de duas estufas com 11 bancos de enraizamento, com atmosfera controlada e todas as condições para a propagação das plantas. Produzindo uma grande variedade de espécies, os responsáveis da empresa procuram com a sua intervenção criar condições para o sucesso dos agricultores que a solicitam, sabendo que com a qualidade e adequação das plantas fornecidas estão a contribuir para a afirmação das denominações de origem do azeite e do figo do Ribatejo Norte. O mercado nacional tem, até ao momento, garantido o escoamento da produção. Há pouco tempo a empresa internacionalizou-se com o fornecimento para o mercado holandês de plantas ornamentais. Uma experiência que se revelou pouco estimulante pelas dificuldades de pagamento. Aliás, a preocupação actual da empresa não é o crescimento mas sim a manutenção de uma boa

e segura carteira de clientes que assegure uma saudável situação económica, num período em que o mercado revela um nítido retraimento. Para além da produção de plantas, a empresa diversificou a sua actividade para as áreas da comercialização e dos serviços. A comercialização é feita através de três lojas de flores com o sugestivo nome de "Folhas Soltas", duas situadas em grandes superfícies e outra na cidade de Torres Novas, para além da comercialização directa nas estufas que possui junto ao nó do IP6. Na área dos serviços, a Plântula dispõe de três equipas de jardinagem, capazes de conceber, executar e manter jardins públicos e privados. Sempre com uma grande preocupação em valorizar as plantas da região e a utilização do calcário local na decoração. É aliás este o discurso recorrente da gerente da empresa, para quem o trabalho desenvolvido ultrapassa sempre o mero acto comercial tendo em linha de conta a valorização dos produtos da região. "Eu também trabalho por prazer, não é só por dinheiro", não se esquece de afirmar ao longo da conversa. E entusiasma-se de novo com o desafio que lhe acaba de ser colocado pela ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, o de pensar a arborização e coberto vegetal do Parque Aventura do Agroal. Porque esta Engenheira, natural de Torres Novas e licenciada em Engenharia Agrícola pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, não se esquece de afirmar o entusiasmo pelo programa LEADER. Acostumada à burocracia de diversos serviços públicos e à frequente incompreensão face a projectos pouco habituais, encontrou em 1997, junto do LEADER,

uma nova forma de relacionamento. Em primeiro lugar a compreensão e a valorização para a preocupação de fomentar, com a sua produção, processos integrados de desenvolvimento a partir da valorização dos produtos locais. Depois o contacto personalizado e a resposta imediata. Uma agradável surpresa que lhe permitiu expandir-se através de uma nova estufa de comercialização. O apoio económico obtido em 1997 foi sobretudo "um motor de arranque", que lhe permitiu criar quatro novos postos de trabalho, numa empresa que, entre efectivos e eventuais vai já nos 19 empregados. Em dez anos de vida, a Plântula adquiriu uma dimensão que lhe permite encarar com tranquilidade o futuro. E a flora do maciço calcário da região será, cada vez mais, a inspiração para a produção da empresa. Porque na Plântula, como afirma a Eng. Noémia, "trabalha-se também por prazer". E, como é evidente, com amor. Amor pela região e pelos seus valores. Uma componente que não pode ser menosprezada na avaliação do seu sucesso.

Francisco Botelho

Plântula. Propagação vegetal, Lda.
Centro de Jardinagem – Qta. das Ferrarias
Nó do IP6
2350 TORRES NOVAS
Tel. : 249 813 727
E-mail: plantula@hotmail.com
www.jcle.pt/plantula

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 10 | Junho 2003

Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3º
1700-213 Lisboa
Tel.: 21 8435870
Fax: 21 8435871
E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Carlos Mattamouros Resende/IDRHa, Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho/INDE, Guilherme Lewes/IDRHa, Luis Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/IDRHa, Paula Matos dos Santos/INDE

Redacção

Paula Matos dos Santos (Chefe de Redacção), Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha

Colaboraram neste número

ADELIAÇOR, ADIM, ADL, ADIRN, António Almeida (ARDE), CNEMA, Emanuel Ribeiro (ADD), Maria do Rosário Serafim (IDRHa), Marta Alter (MONTE), Maria do Céu Lima (TURIHAB), Nuno Jordão (IDRHa), ProRegiões, Raia Histórica, Sérgio Cabral (ARDE), TAGUS, Terras Dentro, Uli Lauerhass (INDE)

Edição gráfica

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

n.º 142 507/99

Registo ICS

n.º 123 607



Portugal em acção



Comissão Europeia Programa LEADER+